

# INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SANTA CATARINA

### **DALTEC**

# DEPARTAMENTO DE LINGUAGEM, TECNOLOGIA, EDUCAÇÃO E CIÊNCIA CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA Lato Sensu

## **MAURICIO SZARAZGAT**

# A TRAJETÓRIA CURRICULAR DO ENSINO DE GEOGRAFIA NO IFSC - CAMPUS FLORIANÓPOLIS

Monografia submetida ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina como parte dos requisitos para obtenção do título de Especialista em Educação Profissional e Tecnológica.

Professor(a) Orientador(a): Márcio Moreira (titulação abreviada).

SZARAZGAT, Maurício. 1987-A TRAJETÓRIA CURRICULAR DO ENSINO DE GEOGRAFIA NO IFSC - CAMPUS FLORIANÓPOLIS/ Maurício Szarazgat. - 2018. 69 p.; 29,7 cm

Orientador: Dr. Márcio Moreira Bibliografia: p. 65-69. Monografia (Especialização em Educação Profissional e Tecnológica) – Instituto Federal de Santa Catarina, 2018.

1. Ensino de Geografia, Educação Profissional, Práticas Pedagógicas, IFSC. Moreira,

# A TRAJETÓRIA CURRICULAR DO ENSINO DE GEOGRAFIA NO IFSC - CAMPUS FLORIANÓPOLIS

## **MAURICIO SZRAZGAT**

Este trabalho foi julgado adequado para obtenção do Título de Especialista em Educação Profissional e Tecnológica e aprovado na sua forma final pela comissão examinadora do Curso de Especialização em Educação Profissional e Tecnológica do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Santa Catarina.

Florianópolis, 9 de novembro de 2018

Comissão Exa	minadora:
	Orientador: Prof. Márcio Ricardo Teixeira Moreira, Dr.
	Membro: Professora Liliane Stelzenberger, Dr
	Membro: Prof. Marcelo Tavares Garcia, Msc.



# MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SANTA CATARINA -CAMPUS FLORIANÓPOLIS ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

## A TRAJETÓRIA CURRICULAR DO ENSINO DE GEOGRAFIA NO IFSC - CAMPUS FLORIANÓPOLIS

#### **MAURICIO SZARAZGAT**

Este Trabalho de conclusão de Curso foi submetido à defesa em banca para obtenção do título de Especialista em Educação Profissional e tecnológica – EPT, no Curso de Especialização em Educação Profissional e Tecnológica sendo considerado APROVADO em sua fase final.

BANCA:	
1-Presidente:	Prof. Dr. Marcio Ricardo Teixeira Moreira – DALTEC – IFSC
2 – Membro 1:	Prof. Msc. Liliane Stelzenberger DALTEC - IFSC
Ass.:	Ant
3 – Membro 2; F	Prof. Msc. Marcelo Tavares Garcia – DALTEC – IFSC

4 - Suplente: Prof. Dr. Marival Coan - DALTEC - IFSC

Ass.:

Florianópolis, 09/11/2018.

Este trabalho é dedicado à minha família, a minha esposa e ao meu querido professor orientador

### **AGRADECIMENTOS**

Gostaria de agradecer à minha esposa, ainda no meu TCC quando ainda estava cursando o curso de Geografia na Universidade Federal de Santa Catarina, já tinha acompanhado o meu esforço e mais uma vez está ao meu lado na conclusão na minha pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica.

Agradeço à minha família que nunca mediu esforços para me dar uma educação de qualidade, mesmo morando em outra cidade não podendo acompanhar meu trabalho de mais perto.

Agradeço aos professores do curso de especialização em EPT, que trouxeram grandes contribuições na minha formação.

Também agradeço aos meus colegas discentes que sempre estiveram junto comigo na trajetória durante o curso.

E por fim, agradeço ao professor Márcio pelas orientações pontuais contribuindo bastante na minha pesquisa sobre o ensino de geografia no IFSC.

SZARAZGAT, Mauricio. A TRAJETÓRIA CURRICULAR DO ENSINO DE GEOGRAFIA NO IFSC - CAMPUS FLORIANÓPOLIS.69 f. Monografia, Curso de Especialização em Educação Profissional e Tecnológica Lato Sensu, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina, IFSC, Florianópolis.

#### **RESUMO**

O presente trabalho tem como objetivo analisar o ensino de Geografia no IFSC Campus Florianópolis. Durante a elaboração do trabalho de pesquisa, faremos uma abordagem história sobre o ensino de Geografia no Brasil e no mundo, levando em questão a trajetória curricular da disciplina e o pensamento geográfico de cada período na historiografia dessa ciência. Consequentemente vamos analisar a educação profissional no Brasil, com destaque para o IFSC, a partir de sua criação aos dias atuais, estabelecendo a relação do ensino de Geografia com a educação profissional. A partir desta análise, o trabalho vai abordar o currículo de Geografia dentro da instituição e as metodologias e práticas pedagógicas dos docentes e sobre o papel da geografia no IFSC.

**Palavras-chave:** Ensino de Geografia, Educação Profissional, Práticas Pedagógicas, IFSC.

. SZARAZGAT, Mauricio. THE CURRICULAR TRAJECTORY OF GEOGRAPHY EDUCATION IN THE IFSC - CAMPUS FLORIANÓPOLIS.69 f. Monograph, Course, Federal Institute of Education, Science and Technology of Santa Catarina, IFSC, Florianópolis.

#### **ABSTRACT**

The present work aims to analyze the teaching of Geography at the Campus Florianópolis, IFSC. During the elaboration of the research work, we will make a historical approach on the teaching of Geography in Brazil and in the world, taking into question the curricular trajectory of the discipline and the geographic thought of each period in the historiography of this science. Consequently, we will analyze the professional education in Brazil, with emphasis on the IFSC, from its creation to the present day, establishing the relationship between Geography teaching and professional education. Based on this analysis, the work will address the geography curriculum within the institution and the pedagogical methodologies and practices of teachers and the role of geography in the IFSC.

**Key words:** Teaching of Geography, Professional Education, Pedagogical Practices, IFSC.

# **LISTA DE QUADROS**

Quadro 1- Comparação das matérias curriculares entre a Escola de Aprendizes	
Artífices e o Liceu Industrial de Santa Catarina:	36
Quadro 2- Currículo de ensino geral na Escola Industrial	38
Quadro 3- Disciplinas do ensino técnico da Escola Industrial	39
Quadro 4- Currículo do Ginasial Industrial4	ŀ1
Quadro 5- Currículo do Curso Máquinas e Motores	<b>ļ</b> 2
Quadro 6- Currículo do Curso Desenho Técnico	<b>ļ</b> 2
Quadro 7- Currículo do Curso de Agrimensura4	ŀ3
Quadro 8- Currículo da Geografia da 6° fase do Ensino Médio Integrado4	18
Quadro 9- Currículo da Geografia da 7º fase do Ensino Médio Integrado4	19
Quadro 10- Currículo da Geografia da 8° fase do Ensino Médio Integrado5	50
Quadro 11- Currículo de Geografia no curso de técnico em cozinha módulo 45	52
Quadro 12- Currículo de Geografia no curso de técnico em cozinha- módulo 55	53
Quadro 13- Carga horária da área de ciências humanas do Instituto Estadual de	
Educação no ensino médio regular e EMI6	30

### LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AGB - Associação dos Geógrafos Brasileiros

**BNCC** - Base Nacional Comum Curricular

CEFETs-Centro Federal de Educação Tecnológica

EaD- Educação à Distância

EJA- Educação de Jovens de Adultos

EMI- Ensino Médio Inovador

**EMJA** – Ensino Médio para Jovens e Adultos

ETF- Escola Técnica Federal de Santa Catarina

IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IFC- Instituto Federal Catarinense

IFSC- Instituto Federal de Santa Catarina Estatística

IHGB – Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

LDB -Lei de Diretrizes Básicas da Educação

**PCNs –** Parâmetros Curriculares Nacionais

PPC - Projeto Pedagógico Curricular

PROEJA - Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na

Modalidade de Educação de Jovens e Adultos

**SENAC** -Serviço Nacional do Comércio

SENAI -Serviço Nacional da Industria

# SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO1	12
1.1 Justificativa1	14
1.2 Objetivo geral1	15
1.3 Objetivos específicos1	15
1.4 Metodologias1	16
2 GEOGRAFIA ESCOLAR - SUA TRAJETÓRIA HISTÓRICA NO BRASIL E NO	
MUNDO1	17
2.1 A Origem da Geografia escolar: Alemanha e França como percussores da	
ciência geográfica1	18
2.2 Trajetória histórica da Geografia Escolar no Brasil: origem e seu processo	)
de mudança a partir das reformas educacionais1	19
2.3 A Geografia Crítica como mudança no ensino de Geografia no Brasil e a Lo	ei
9394/96: avanços e contradições2	27
3 CRONOLOGIA HISTÓRICA E CURRICULAR DO IFSC E O ENSINO DE	
GEOGRAFIA NO IFSC CAMPUS FLORIANÓPOLIS E CAMPUS CONTINENTE	33
3.1 A trajetória histórica e curricular do IFSC Campus Florianópolis (Da Escola	a
de Aprendizes Artífices ao IFSC)	34
3.2 O currículo da disciplina de Geografia nos cursos de Ensino Médio	
Integrado no campus Florianópolis e no campus continente	46
4 A REALIDADE DE UM PROFESSOR DE GEOGRAFIA NO IFSC: SUAS	
METODOLOGIAS, PRÁTICAS E SEU PAPEL NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL. 5	55
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS6	63
REFERÊNCIAS6	65
APÊNDICES7	71
APÊNDICE A- QUESTIONÁRIO QUALITATIVO COM O PROFESSORES DE GEOGRAFIA DO JESC	71

# 1 INTRODUÇÃO

Estamos em um período de grandes mudanças de ordem política, econômica e social no espaço geográfico. Neste aspecto a disciplina de geografia tem um grande papel de compreender essas mudanças e as relações sociais. No caso da geografia escolar, ciência que se consolidou no século XIX, ela sempre apontou direcionamento e posições que representasse a grupos hegemônicos, mas que não estudava de fato as mudanças e contradições de nossa sociedade. Na segunda metade do século XX, alguns acontecimentos no mundo, como a Guerra Fria, a Ditadura Militar no Brasil e Neoliberalismo trouxe mudanças no pensamento geográfico, na qual a Geografia como ciência, acompanhasse essas mudanças e trouxesse apontamentos e conclusões sobre o mundo.

As mudanças na ciência geográfica e seu pensamento foi acompanhado por mudanças não apenas específica da disciplina, mas também na educação como um todo. No Brasil as mudanças curriculares estavam relacionadas ao contexto histórico e político que o país atravessava em cada período. A educação que se tinha no país atendeu á interesse políticos e econômicos. E por isso para compreender a trajetória da geografia, é preciso entender as reformas curriculares na educação e os fatos ocorridos no Brasil que acompanharam essas reformas.

Nesse processo de mudanças no campo educacional, merece destaque a modalidade da Educação Profissional e o Ensino Médio. No Brasil, a educação profissional serviu para ocupar e "habilitar os filhos dos desfavorecidos da fortuna com o indispensável preparo técnico e intelectual, como fazê-los adquirir hábitos de trabalho profícuo, que os afastará da ociosidade ignorante, escola do vício e do crime" e dar estudos a classe operária em um país que atravessava um processo de urbanização e recebia um contingente de trabalhadores nas cidades. Depois, foi com a finalidade de formar profissionais na área industrial e servir como mão de obra qualificada. Já o Ensino Médio, como a etapa final da educação básica, passou por diferentes transformações, visando atender os interesses políticos, onde as reformas educacionais nem sempre contemplaram o principal ator deste processo; os estudantes. O Ensino Médio no Brasil tem alguns dados preocupantes. De acordo

<sup>&</sup>lt;sup>1</sup> Almeida (2010), citando a frase do presidente Nilo Peçanha em 1909, durante a criação das Escolas de Aprendizes e Artífices. Esse assunto será abordado com maior detalhe no capítulo 3

com o IBGE, em 2014 apenas 53% das crianças de 6 a 10 anos que ingressam no Ensino Fundamental conseguem chegar aos 15 anos no Ensino Médio, sendo que 60% concluem aos 17 anos. Diante desse quadro, essa etapa da educação, desde da década de 1990 tem recebido uma atenção do poder público de como torná-lo mais atrativo aos estudantes. Nesse aspecto, algumas reformas educacionais tiveram como objetivo mudar esse cenário. Na prática houve interesses de terceiros, sobretudo as grandes corporações com desejo de formar pessoas para atender o interesse do capital internacional (PIZATO, 2001). Tanto a Educação Profissional, como também o Ensino Médio está no centro de como as reformas anteriores e a atual reforma do Ensino Médio, que veremos analisar no decorrer da pesquisa, afetaram a estrutura física nas escolas no país. Como a disciplina de Geografia vai atuar diante desse cenário novo? De que forma poderá afetar os estudantes e docentes? Algumas perguntas têm gerado questionamentos sobre o real papel destas reformas, visando mudar o quadro deficitário na educação brasileira, ou apenas mais uma das mesmas reformas que atenderam a pequenos grupos de sempre na historiografia educacional brasileira.

A partir deste relato, tendo como base a ciência geográfica e a Educação Profissional, a pesquisa tem como finalidades em analisar o papel de Geografia na Educação Profissional e o Ensino Médio Integrado, tendo como levantamento um estudo dos objetivos da Geografia como disciplina, analisando as práticas docentes dos professores dentro desta modalidade, relacionando com as reformas educacionais presentes.

Para compreender melhor o objetivo da pesquisa, usamos como o estudo de caso, o ensino de Geografia no IFSC de Florianópolis. O IFSC, instituição que durante sua criação passou por diferentes mudanças, desde de seu nome, na estão criação da Escola de Aprendizes Artífices em 1909, como também mudanças curriculares e sua estrutura física, trouxe consequências para a comunidade, do ponto de vista educacional. O ensino de Geografia no IFSC também passou pelas transformações que a instituição atravessava em sua trajetória. A partir desta observação a pesquisa vai compreender o ensino de geografia no IFSC, tendo como material as práticas e metodologias dos professores, e o estabelecimento da relação do Ensino de Geografia com a Educação profissional.

### 1.1 Justificativa

A justificativa da pesquisa é entender as metodologias e práticas pedagógica utilizadas pelos professores de geografia do IFSC de Florianópolis e compreender o papel da Geografia no IFSC. Nesse aspecto, é importante entender o desafio que a Geografia tem pela frente em relação aos estudantes da instituição. A geografia como ciência que estuda o espaço geográfico e suas transformações precisa trazer conceitos que trabalhem a realidade dos educandos, principalmente se tratando de uma modalidade de ensino que tem o trabalho e a formação profissional dos educandos, mas que também tem como formação integral de seus sujeitos, perante a realidade, no caso de contribuir para a criticidade dos educandos. Na prática a Geografia tem que contribuir de alguma forma na formação de sujeito, não apenas voltado as competências e na prática profissional, mas como sujeito que inserido na transformação do espaço e na compreensão de sua realidade, seja ela no âmbito profissional ou social.

## 1.2 Objetivo geral

Analisar o ensino de Geografia no IFSC de Florianópolis, a partir do currículo, das práticas pedagógicas e das metodologias dos professores de Geografia.

## 1.3 Objetivos específicos

- Fazer uma contextualização da trajetória histórica do Ensino de Geografia no Brasil e no mundo, a partir do pensamento geográfico e do currículo de geografia;
- Abordar sobre a Educação Profissional no Brasil, com destaque para a história do IFSC, a partir do currículo e estrutura relacionando com a disciplina de geografia;
- Analisar as metodologias e as práticas adotadas pelos professores de Geografia do IFSC;
- Estabelecer uma relação das práticas dos professores de Geografia, com o currículo do IFSC e a última reforma do Ensino Médio de 2017.

## 1.4 Metodologias

Os procedimentos metodológicos para a realização da pesquisa contemplarão os seguintes aspectos:

- -Introdução sobre o objeto de estudo;
- -Revisão Bibliográfica sobre a trajetória da Geografia no currículo escolar, sua origem no mundo e no Brasil, e as reformas curriculares que instituíram a Geografia nas escolas do Brasil;
- Revisão Bibliográfica sobre a história do IFSC, desde de sua criação aos dias atuais, as mudanças estruturais, de nomes e mudanças curriculares, com destaque para o currículo de Geografia nos cursos de Ensino Médio Integrado;
- Entrevistas com os professores de Geografia do IFSC de Florianópolis para análises de suas metodologias, através de um questionário qualitativo;

Para isso, o trabalho será distribuído da seguinte forma:

- 1) Introdução: Contextualização da pesquisa abordada.
- 2) Revisão de literatura- 2 capítulos: a trajetória do ensino de Geografia escolar no Brasil e no Mundo. No capítulo de revisão de literatura, primeiramente vamos buscar a origem da geografia escolar, os países percussores e a influência no mundo para outros países, como o Brasil. Discutir a trajetória da ciência geográfica no Brasil, analisando o currículo sobre os aspectos da legislação e o pensamento geográfico. Vamos analisar a educação Profissional no Brasil trazendo o IFSC- Campus Florianópolis como um objeto de estudo relacionando abordando a maneira como e desenvolvido a geografia dentro do Instituto, através da grade curricular de alguns cursos.
- 3) Investigação: capítulo 4 Entrevistas com os professores de Geografia do IFSC de Florianópolis, com a realização de um questionário qualitativo e análise e os resultados qualitativos em relação as opiniões dos professores de Geografia sobre as metodologias e práticas em sala de aula e a relação com o currículo na Geografia
- 4) Conclusão.

# 2 GEOGRAFIA ESCOLAR - SUA TRAJETÓRIA HISTÓRICA NO BRASIL E NO MUNDO

O capítulo 2 deste trabalho traz um contexto histórico sobre a origem da ciência geográfica escolar no Brasil e no mundo. O objetivo do capítulo é trazer os antecedentes históricos na origem da Geografia Escolar, a partir do seu contexto, analisar a origem da Geografia no Brasil e pesquisar sobre algumas reformas educacionais que regulamentaram o ensino de Geografia no país ao longo dos anos.

# 2.1 A Origem da Geografia escolar: Alemanha e França como percussores da ciência geográfica.

Segundo Claval (2006, p 24), "A geografia nasceu na Grécia a partir de uma aventura intelectual: foi esta que permitiu o salto para as formas de saber então desenvolvidas". O autor cita o conhecimento geográfico dos gregos, a partir das navegações e o comércio, fez com que marinheiros e comerciantes chegassem a lugares distantes e desenvolvessem técnicas e consequentemente o conhecimento geográfico. Apesar de a geografia ser uma ciência milenar, do ponto de vista acadêmico e científico, ela surge a partir de 1750, com os alemães Kant, Humboldt, Ritter e Ratzel. Especificamente a geografia será ensinada pela primeira vez por Kant na Universidade de Koninsberg na Alemanha entre os anos de 1756 a 1796, embora Ritter e Humboldt é que irão institucionalizar a Geografia como uma ciência acadêmica no século XIX (PEREIRA,1988). A autora enfatiza que no século XIX, a Geografia como disciplina escolar vai se consolidar na Alemanha com viés nacionalista a partir da idéia de Estado- Nação, onde a Alemanha estava em um contexto de unificação de seu território e buscava sua identidade nacional. E sobre esse contexto que alguns elementos do estudo de Geografia darão ênfase a idéia de nação: território, localização, extensão, limites, aspectos naturais, entre outros. Segundo Pereira (1988), a Geografia só faria sentido a partir da inserção do homem inserido no Espaço e a conquista deste espaço. Pereira (1988) aborda que primeiramente a Geografia foi destinada aos estados-maiores na expansão do território e conquista de seu espaço e posteriormente foi ensinado aos futuros cidadãos nas escolas alemãs. Foi um período de grandes mudanças, onde o ensino de geografia era institucionalizado desde do maternal ao ensino médio na Alemanha. Aos poucos, a ciência geográfica foi se consolidando também como acadêmica a partir do ano de 1860, com a expansão das Universidades no país para formação de novos professores para o ensino primário e secundário. Durante o ano de 1870, período em que a Alemanha derrota a França com a unificação de um estado- nação, a geografia ganha o papel como ciência que busca a conquista e a expansão do espaço, no período em que o país ainda que tardiamente, iniciava sua fase imperialista, buscando colônias na África, para obtenção de recursos naturais.

Já a França, após a derrota para a Alemanha em 1871, passa por uma reformulação no seu sistema de ensino, se apropriando no modelo alemão de

Geografia, sendo o grande percussor Paul Vidal de La Blache (PEREIRA,1988). Araújo (2012) aborda que os próprios franceses admitiram que os alemães tinham um conhecimento territorial mais avançado e maior estratégia, o que favoreceu sua vitória. Com o isso os franceses, assim como os alemães, buscaram uma maior ligação com seu território e sua identidade, na qual, as escolas francesas buscavam desenvolver aos seus estudantes o conhecimento do território e do seu espaço (ARAÚJO, 2012).

Consequentemente aumentou o número de instituições de ensino na formação de novos professores no país, e apesar da influência da escola alemã na ciência geográfica, a França seguiu com seu modelo próprio de Geografia, destacando o papel do possibilíssimo geográfico, corrente que La Blache defendia que o homem como ser ativo na modificação do meio natural. A teoria de La Blache no pensamento geográfico fez da França a principal escola da Geografia no mundo no final do século XIX e início do Século XX, influenciando a Geografia em outras partes no mundo, inclusive no Brasil. <sup>2</sup>

# 2.2 Trajetória histórica da Geografia Escolar no Brasil: origem e seu processo de mudança a partir das reformas educacionais

Rocha (1996) relata que a disciplina de Geografia no Brasil foi ensinada pela primeira vez em uma instituição de ensino no Colégio Pedro II em 1837 na cidade do Rio de Janeiro, embora no período colonial alguns jesuítas já ensinassem alguns conceitos da Geografia, não como uma disciplina institucionalizada, como afirma Pessoa (2007), mas na conexão com a leitura e comentários de autores clássicos sobre o Brasil, como algumas paisagens do nosso território. Outro momento chave na consolidação do Ensino de Geografia foi a criação Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) em 1838. Segundo Rocha (1996), o ensino de Geografia, inspirado nas escolas francesas e alemãs, tinha como objetivo contribuir para os ideais de nacionalismo e conhecimento do seu território, pois o Brasil durante o início do império precisava definir seu espaço e sua identidade, em

-

<sup>&</sup>lt;sup>2</sup> O Possibilíssimo é uma escola de pensamento geográfico que encara o ambiente natural como um mero fornecedor de possibilidades para a modificação humana, não determinando a evolução das sociedades. O possibilíssimo surgiu nos finais do século XIX, em França, como reação ao determinismo ambiental propugnado pelas correntes geográficas alemães, tendo como principal proponente Paul Vidal de la Blache.

um momento onde o país atravessava por inúmeras revoltas locais e precisava de uma integração maior do seu território.

A ciência geográfica ganhará importância no final do século XIX, a partir da criação da Associação Geográfica do Rio De Janeiro em 1883. A idéia era de institucionalizar o ensino de geografia para o reconhecimento do território de sua identidade nacional (MARTINS,2011). Outro momento marcante na história da Geografia escolar no Brasil no final século XIX foi a reforma de Leôncio de Carvalho em 1879, que segundo Ribeiro Filho (2010) assegurava o ensino de geografia e história no ensino primário e secundário. Segundo Pessoa (2007), a Geografia serviria, assim como ocorreu na França e na Alemanha, como instrumento para a criação de uma identidade nacional. Na prática o seu ensino era realizado de maneira descritiva e enciclopédica, apenas como memorização geográfica, como rios, formas de relevo e classificação de paisagem, o que tornava uma disciplina sem relação alguma do que era proposto pelo Estado. Essa maneira se perpetuaria ainda no início do período republicano, que veremos mais adiante.

De fato, apesar do ensino de geografia no país não possuir uma instituição para formação de professores e sem uma característica própria de geografia, os acontecimentos citados foram importantes para a inserção da geografia escolar em território nacional, porém, é no período republicano, a partir de diferentes reformas educacionais é que a disciplina de Geografia se consolidará de forma institucional e mais abrangente nas escolas do Brasil.

Após a proclamação da República em 1889, é criada a primeira constituição no período republicano em 1891, que segundo Araújo (2012), houve avanços em alguns pontos, como voto sem distinção de renda; embora, analfabetos e mulheres não pudessem votar. Em outros aspectos, manteve os privilégios das elites, preservando aspectos do período da monarquia. Neste contexto do início do período republicano, é implantado a primeira reforma educacional na república, no mesmo ano da primeira constituição republicana; a Reforma Benjamin Constant em 1891. O ensino de Geografia, segundo Pessoa (2007), seria ministrado nas sete séries do ensino secundário, sendo 3 aulas por semana nos dois primeiros anos, e facultativa 1 vez por semana nas demais séries. Sobre os conteúdos de Geografia, o conteúdo era voltado a uma geografia meramente descritiva, utilizando alguns elementos da cartografia e cosmografia, como relata Rocha (1996).

Após a reforma de 1891, em 1901, surge a reforma Epitácio Pessoa, sendo que nessa reforma haverá poucas mudanças no currículo de Geografia. Segundo Araújo (2012), a Geografia só entraria como disciplina obrigatória nos três primeiros anos, sendo dividido no 1° ano em Geografia Física, com ênfase nos estudos dos Oceanos e Continentes; 2° ano em Geografia Humana, com estudos sobre os países independentes e suas colônias e no 3° ano um estudo sobre o Brasil e seus estados. Em 1915, ocorreu uma nova reforma, denominada reforma Carlos Maximiliano, com poucas alterações no currículo de Geografia, baseado nos mesmos conteúdos da reforma anterior, porém, sendo ensinado apenas nos dois primeiros anos do ensino secundário, o que provocou uma redução de conteúdos e com menos aulas de geografia, sendo esse mesmo conteúdo transmitido de forma mais compacta.

Dez anos depois, talvez a primeira grande mudança em relação ao currículo de Geografia nas escolas do Brasil foi a reforma Rocha Vaz em 1926 (PESSOA,2007). Primeiramente aumentou o debate daqueles docentes que ensinava uma geografia tradicional meramente descritiva e enciclopédica, contra uma corrente que já buscava uma geografia mais moderna, seguindo um viés científico e por uma outra metodologia que já era ensinada na Europa.

Segundo Pessoa (2007), apesar do currículo de Geografia estar presente apenas nas duas primeiras séries do ensino secundário, a disciplina já demonstrava uma nova metodologia, valorizando o ensino voltado para o caráter patriótico e nacionalista, nos estudos de grandes obras na literatura brasileira, nos grandes homens do país. Segundo Rocha (1996) a Geografia estava presente de forma indireta também no ensino de História e de Literatura, a partir da leitura de obras regionais que abordavam o território do país.

Ainda durante a década de 1920, começa a se destacar na renovação da Geografia e elaboração de livros didáticos no país, a figura de Delgado de Carvalho, professor do Colégio Pedro II, que publicou o Livro que seria importante para o ensino de Geografia, denominado de Introdução aos Estudos de Geografia Moderna (PESSOA, 2007). Delgado de Carvalho fez duras críticas a concepção da Geografia escolar que era ensinada nas escolas, uma geografia medíocre, que só valorizava a memorização de nomes de estados da federação, rios e demais aspectos naturais, sem mencionar o homem no seu espaço.

Como novas inovações para a Geografia, Delgado procurou estabelecer um método para a Geografia, e abordar questões sobre a realidade que se encontrava o aluno, que o professores não delongassem demais nas explicações. Segundo Pessoa (2007), Delgado de Carvalho conseguiu trazer uma ruptura na Geografia tradicional, e trouxe novas características a Geografia escolar, embora houvessem muita resistência de demais professores durante esse período.

A partir da década de 1930, ocorre uma nova mudança na educação do Brasil, onde a Geografia, assim como as outras disciplinas no currículo escolar brasileiro, irá passar por transformações em seu currículo. A partir da reforma do então Ministro da Educação e Saúde do Governo Vargas, Francisco Campos, através do Decreto nº 19.890/1931 e do Decreto nº 21.241/1932, ocorre a regulamentação do ensino secundário no Brasil. Ele deveria ser "ministrado no Colégio Pedro II e em estabelecimentos sob regime de inspeção oficial" (Art. 1º Decreto 19.890/31), compreendendo dois cursos: o fundamental (contendo cinco séries) e o complementar (contendo duas séries). A reforma é acompanhada no contexto de mudanças políticas e econômicas no Brasil, como o fim da república velha, a industrialização no país, e o movimento da Escola Nova, proposto por alguns educadores, como Anísio Teixeira, e Fernando de Azevedo, baseado nas ideias de "educar para sociedade".

No caso da Geografia, segundo Ribeiro Filho (2010) ela passa como disciplina curricular obrigatória no curso fundamental e "no curso complementar para candidatos, a disciplina de Geografia era vista como obrigatória para os candidatos à matrícula no curso jurídico devendo ser ministrada na segunda série do curso complementar" (RIBEIRO FILHO,2010, p 73). Outros momentos marcantes na ciência geográfica ainda nessa década, seria a criação da Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB), no ano de 1935, do Conselho Nacional de Geografia (1937) e do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas) em 1939.

A criação do departamento de geografia na faculdade de filosofia na Universidade de São Paulo em 1934 segundo Martins (2011) influenciou o surgimento de cursos de Geografia em outras universidades no País, como também na Universidade Federal do Rio de Janeiro, tornando a geografia uma ciência acadêmica e formando os primeiros professores específicos na área. Porém, apesar do aumento na formação de professores na Geografia escolar, e as contribuição de Delgado de Carvalho na renovação do ensino de Geografia na década anterior, o

ensino em si continuava em sua prática com a mesma Geografia tradicional das décadas anteriores, apenas citando a observação da natureza e descrição dos fatos, sem mencionar a relação entre a natureza e o ser humano. A geografia, assim como outras ciências, dentro do conceito econômico do século XIX estava vinculada a idéia positivista de Augusto Comte, baseado em máxima neutralidade científica, conhecimento empírico e descrição dos fatos para atender o interesse do capitalismo (MARTINS, 2011). É importante também frisar, que apesar da criação de alguns livros de Geografia, retratando o território brasileiro, muitos dos livros utilizados nas escolas brasileiras ainda era de autores franceses, o que dificultava uma renovação no ensino de Geografia.

Na década de 1940 o Brasil viverá uma nova reforma na educação, incluindo a Geografia. Especificamente no ano de 1942, o então Ministro da Educação no governo Getúlio Vargas, Gustavo Capanema, através do decreto nº 4.244/1942, que disciplina as "Bases de Organização do Ensino Secundário", trará uma reforma no campo educacional, com bastante relação com o contexto atual brasileiro, em um período de crescimento industrial no país.

No Decreto nº 4.244/1942, o seu artigo 1º define três finalidades para o ensino secundário, dividido em ginasial (duração de quatro anos) e o clássico e o científico (duração de três anos):

1 – Formar, em prosseguimento da obra educativa do ensino primário, a personalidade integral dos adolescentes. 2 – Acentuar e elevar, na formação espiritual dos adolescentes, a consciência patriótica e a consciência humanística. 3 – Dar preparação intelectual geral que possa servir de base a estudos mais elevados de formação especial.

Pizzato (2001) argumenta que a nova reforma deu ênfase ao ensino secundário, sendo que no mesmo período é criado o SENAI (Serviço Nacional da Industria) e o SENAC (Serviço Nacional do Comércio) como instituições paralelas na formação de mão de obra para a indústria. Essa reforma seria uma continuidade da reforma do Francisco Campos, porém com valorização no patriotismo.

Nesse contexto, segundo Ribeiro Filho (2010, p 74) "Geografia, nele, é tida como uma das disciplinas obrigatórias. No ginasial ela é dividida em "Geografia geral", sendo ministrada na primeira e na segunda série, e em "Geografia do Brasil", sendo ministrada na terceira e na quarta série. Já no científico a geografia será

dividida em Geografia geral no primeira e na segunda série e Geografia do Brasil terceira série.

Ao estabelecer o decreto de 1942, Capanema defendia que a educação deveria educar para a pátria, distanciando um pouco da reforma anterior de Campos, onde também introduziu-se nas escolas a educação moral e cívica, que não seria uma disciplina específica, mas sim, seria ensinada em todos o curso, na qual a Geografia e História teria um papel decisivo no ensino da educação moral e cívica (PESSOA, 2007).

Apesar da reforma educacional proposta por Capanema, onde a Geografia ganhará um peso no currículo na educação brasileira na legislação, tratando de uma disciplina condizente com o estado ditatorial do governo Vargas, na prática ainda era bem deficitária por alguns motivos. Embora a criação do departamento de Geografia na faculdade de filosofia da Universidade de São Paulo anos antes do decreto de 1942 para formação profissional específica no campo geográfico, a formação docente ainda era bastante ineficiente, pois muitos professores não tinha a formação específica na geografia, já que o número de cursos ainda era insuficiente para atender a demanda na educação e mesmo aqueles que já tinham, não conseguiram atender as novas demandas e práticas do ensino de geografia nas escolas a partir do decreto de 1942. Segundo Pessoa (2007) Os próprios livros didáticos na época eram produzidos de forma mais fácil para acomodar o trabalho do professor, onde se realizava ainda uma geografia descritiva no país.

Durante esse período, destacou- se a figura de Aroldo de Azevedo, criador de diversos livros didáticos no ensino de Geografia, que tinha como metodologias a classificação das paisagens brasileiras e suas comparações. Os estudos de Aroldo de Azevedo, embora tivessem sido de grande contribuição na formação geográfica, sobretudo em uma época que o IBGE utilizava dessas informações estatísticas para fins econômicos e políticos nos estudos regionais do país, na prática ainda se conservava uma geografia de caráter positivista, descritiva, sem estabelecer relações entre a ciência e a realidade que acerca o homem. Segundo Vlach (2004), o ensino de geografia exercido no Brasil afastou a geografia de outras ciências humanas e os pensadores geográficos das questões políticas e sociais do Brasil durante esse período. Esse conservadorismo no pensamento geográfico só mudaria a partir dos anos de 1970.

Durante a segunda metade do século XX, sobretudo a partir da década de 1960 e 1970, a ciência geográfica brasileira vai acompanhar as críticas de alguns autores aos rumos que o ensino de geografia estava sendo ministrado nas escolas em outras partes do mundo, como Estados Unidos e Europa e vai vivenciar uma nova fase e paradigma em torno de suas concepções como ciência, no contexto de alguns acontecimentos políticos, como o ápice da Guerra Fria, crescimento das grandes corporações capitalistas, implantação de ditaduras na América Latina. A geografia tradicional e a positivista, baseada em estatísticas, já não dava conta de atender a essas mudanças no espaço geográfico e um novo pensamento geográfico precisa ser colocado para se colocar em torno dessas questões. Foi a partir destes acontecimentos que vai surgir a Geografia Radical ou Geografia Crítica, acompanhado pelo materialismo histórico- dialético marxista e difundidas por alguns autores como Lacoste e Santos, o que veremos mais adiante.

Entretanto, apesar do aumento dos debates acerca da construção de um novo pensamento geográfico, no campo educacional, são criadas duas leis nos anos de 1960 e 1970, na qual a geografia escolar passará por retrocesso no campo educacional, contrapondo o debate no resto do mundo.

A primeira lei deste período, a Lei 4024 de 20/12/1961 é criada pelo então ministro da educação Clovis Salgado durante o governo João Goulart, que definiu o currículo de Geografia em máximo de 5 anos e o mínimo de 3 anos. Porém, segundo Araújo (2012), os colégios em sua maioria, estabeleceram o ensino de Geografia em apenas 3 anos. Sobre o currículo mínimo, Araújo acrescenta que os dois primeiros anos em Geografia seria destinado apenas a Geografia do Brasil. Isso quer dizer que os demais conteúdos teriam que ser trabalhados em apenas 1 ano, o que empobreceu a disciplina de Geografia nas escolas.

Já a Lei 5692/71, criada durante o Governo Médici modificou ainda mais o currículo escolar, afetando a geografia. Melo, Sampaio e Vlach (2006) apontam que a Geografia foi incluída no programa de integração social, denominada estudos sociais, marcado em um contexto de manter a ordem nacional no período de governos militares no país e diminuir a criticidade nas escolas. A Lei 5692/71, segundo Pizzato (2001) também foi criada sob a ótica de profissionalização do ensino de 2° grau, para garantir mão de obra para o mercado, no período da expansão econômica no país, e as entradas das multinacionais no país, desvalorizando as ciências humanas, sobretudo, a Geografia.

A Resolução número 8, de 10 de dezembro de 1971 do Conselho Federal de Educação, sob a Lei 5692/71, fixou o núcleo comum para os currículos do ensino de 10 e 20 graus (atuais ensino Fundamental e Médio), definindolhes os objetivos e a amplitude, confirmando o que a Lei 4024/61 já trazia em relação à Geografia na forma de Integração Social, depois chamada de Ciências Sociais pela Resolução número96/68.(BRASIL,1971)

A Lei 5692/71 determinou as seguintes matérias no currículo escolar: a) Comunicação e Expressão; b) Estudos Sociais; c) Ciências. No caso dos Estudos Sociais, eram incluídos os conteúdos de Geografia, História e Organização Social e Política do Brasil. Segundo Melo, Sampaio e Vlach (2006), os conteúdos dentro da matéria de Estudos Sociais deveriam estar interligados entre si e dando ênfase ao conhecimento do Brasil. Apenas o 2° grau mantivera a obrigatoriedade das disciplinas de Geografia e História.

Na prática, o que houve foi uma descaracterização dos conteúdos de Geografia e História dentro dos Estudos Sociais. O chamado conteúdo "interdisciplinar" foi realizado de forma superficial nas escolas.

No campo docente e acadêmico a Lei 5692/71 deu brecha para que surgisse cursos de licenciaturas curtas em todo o território nacional, com duração de 2 anos, onde era possível formar professores de Geografia e História ao mesmo tempo. Segundo Melo, Sampaio e Vlach (2006) os novos professores, oriundos dos cursos de licenciatura curta se apegaram aos livros didáticos, como uma "bóia salva vidas", devido as dificuldades de diferenciação entre os conteúdos e a insegurança em suas práticas escolares.

Em 1986, com a resolução nº 6/1986 e o parecer 785/1986, o ensino de Geografia volta a ser ensinado de forma distinta do ensino de História na 5° e a 8° série do 1° grau, sendo mantidos os Estudos Sociais apenas nas 4 primeiras séries do 1° grau. Essas mudanças, segundo Ribeiro Filho (2010) foram acompanhados por algumas transformações no Brasil e no mundo, na qual alguns estados no Brasil vão criar o currículo pensando na democratização do ensino e a reorganização da escola pública baseada em um menor autoritarismo e voltado a formação cidadã, sendo o Ensino de Geografia fundamental nessas mudanças a partir do movimento da Geografia Crítica, que veremos no capítulo a seguir.

# 2.3 A Geografia Crítica como mudança no ensino de Geografia no Brasil e a Lei 9394/96: avanços e contradições.

Como vimos no texto anterior, a partir das décadas de 1960 e 1970, a geografia crítica ou radical passou a ganhar alguns debates entre os geógrafos da Europa e Estados Unidos, buscando definir uma geografia em discussão com a realidade mundial. Pensadores como Lacoste e Santos irão questionar o papel da Geografia e definir uma nova metodologia sobre o pensamento geográfico. No Brasil as discussões ganharam força no final da década de 1970 e início da década de 1980, visando acabar com a imparcialidade sobre os acontecimentos e não servir como instrumento ideológico das classes dominantes (PESSOA, 2007).

Um marco muito importante para a difusão da Geografia Crítica foi a obra de Yves Lacoste em 1976 denominada "Geografia, isso serve em primeiro lugar para fazer a Guerra", na qual a há diversas críticas ao pensamento geográfico e a forma como as classes dominantes se apropriaram da Geografia no decorrer dos anos, servindo como um manifesto ou até mesmo uma revolução na ciência geográfica. A obra de Lacoste influenciou diferentes pensadores geográficos no mundo todo e foi incrementado, segundo Pessoa (2007), por alguns acontecimentos, como as manifestações dos estudantes na França em 1968 e movimentos contrários à Guerra do Vietnã entre 1965-1975 no planeta.

No Brasil, segundo Martins (2011) pensadores como Manuel Correa de Andrade, Milton Santos, José W. Vesentini, entre outros, contribuíram para dar uma nova cara à Geografia voltada para o conhecimento das questões sociais a partir das reflexões do materialismo histórico a dialética marxista. Essa nova mudança do pensamento geográfico fica enfatizado nas palavras de Santos (1978, p. 219):

Os geógrafos, ao lado de outros cientistas sociais, devem se preparar para colocar os fundamentos de um espaço verdadeiramente humano, um espaço que una os homens por e para o seu trabalho, mas não para em seguida os separar em classes, entre exploradores e explorados; um espaço matéria inerte trabalhado pelo homem, mas não para se voltar contra ele; um espaço natureza social aberta à contemplação direta dos seres humanos, e não um artifício; um espaço instrumento de reprodução da vida, e não uma mercadoria trabalhada por uma outra mercadoria, o homem artificializado.

Segundo Pessoa (2007) outros contextos vão fomentar o advento da geografia crítica no país, como a o combate a repressão da Ditadura Militar, a subordinação econômica do Brasil em relação aos Estados Unidos na Guerra Fria e por último, o Encontro Nacional de Geógrafos promovido pela AGB no ano de 1978 na cidade de Fortaleza para o lançamento do livro *Por Uma Geografia Nova: da crítica da Geografia a uma Geografia crítica* do Milton Santos. Foi durante o encontro da AGB que houve a difusão de novas idéias na renovação do pensamento geográfico e o papel da Geografia na sociedade brasileira.

O encontro da AGB em Fortaleza, teve pouca presença de professores universitários, pois na academia, segundo Pessoa (2007) ainda predominava um pensamento conservador, atrelado a geografia tradicional, embora já houvessem debates acerca da renovação do pensamento geográfico. A grande presença no encontro foram professores de 1° e 2° graus de diversas escolas e estudantes acadêmicos que buscavam uma renovação no pensamento geográfico também no ensino da Geografia Escolar no país.

O encontro da AGB foi fundamental para que houvesse uma mudança na concepção do pensamento geográfico no Brasil. Professores de 1° e 2° grau vão divergir dos conhecimentos que foram adquiridos na academia e vão trazer nas escolas questões voltadas as desigualdades sociais no país, sobretudos, professores do 2° grau, na qual, segundo Pessoa (2007) vão mobilizar estes estudantes com temas polêmicos, como a reforma agrária, distribuição social de renda e subdesenvolvimento.

Embora a pouca presença de professores universitários no encontro de 1978, alguns destes vão trazer para a academia as primeiras pesquisas, dissertações e publicações de caráter crítico, consolidando a influência da geografia crítica no ensino de pesquisa.

Moreira (1992) levanta outros apontamentos para a consolidação da geografia crítica no Brasil, como a difusão das obras de Lacoste e Lefebvre utilizadas na semana de Geografia da Universidade Federal Fluminense nos anos 70 e utilizada em alguns livros didáticos e apostilas dos cursos na mesma instituição.

O autor cita no mesmo período o aparecimento de revistas que tratassem da ciência geográfica com novas linguagens e funcionando como "guerrilhas" para a mobilização dos debates na academia e os paradigmas da Geografia. Moreira (1992) ainda destaca a obra de Milton Santos *Por Uma Geografia Nova: da crítica da* 

Geografia a uma Geografia crítica, lançada no congresso da AGB de 1978 em Fortaleza, em que define um objeto de estudo para a Geografia, o espaço geográfico e que ele está relacionado a sociedade e vice e versa.

Por último, o mesmo autor enfatiza que a Geografia "descobre Marx", o que explica que o marxismo vai se influenciar na renovação da Geografia, e o pensamento geográfico vai buscar respostas na historicidade e a dialética na mudança do espaço geográfico.

O movimento de renovação da Geografia e o aparecimento da Geografia crítica, difundidas principalmente pelos professores, vão pressionar os estados e municípios a modificar as leis educacionais em meados da década de 1980, em um momento que o país estava no processo de redemocratização no país. Alguns estados do Brasil, como o Estado de São Paulo irão trazer algumas reformas, pautado em uma educação mais democrática, inclusão social e na qualidade do ensino:

A reestruturação curricular no Estado de São Paulo iniciou-se com a implantação em 1983, do ciclo básico (Decreto 21.833, de 21.12.1983), concebido como o ponto de partida para a reorganização da escola pública de 1ºgrau (Pedroso, 1991; Bonel,1993; Monteiro, 1996). Do ponto de vista político, o projeto visava diminuir a seletividade escolar, cumprindo o compromisso do governo de São Paulo com a democratização do ensino e, da perspectiva pedagógica, trazia significativas transformações para a prática da alfabetização nas séries iniciais (SOUZA, 2006, p.205 *Apud* Ribeiro Filho, 2010, p.76)

Entretanto, apesar da volta da democratização do país também nas mudanças curriculares de uma escola mais democrática, voltada para a formação cidadã, os governos civis continuaram a ficar subordinados as potências hegemônicas e assumindo postura conservadora.

Nesse cenário de mudanças, lutas e contradições, tanto no ensino de geografia, como também no panorama político e social no Brasil e Mundo, como a consolidação no neoliberalismo e do capital financeiro nos países desenvolvidos e subdesenvolvidos, em 1996 é aprovada a nova LDB sobre o currículo na educação, a Lei 9394/1996, que segundo Ribeiro Filho (2010), mais complexa que as anteriores.

Pizzato (2001), relata se que na década de 60 e 70, as reformas educacionais irão atender a qualificação profissional, mesmo que seja compulsória para a formação de trabalhadores capazes de operar as máquinas e o meios técnicos e

como também na formação de especialistas na divisão internacional do trabalho, nos anos 90, as reformas educacionais buscarão a formação humanística, na inclusão, gestão democrática com currículo pautado na aprendizagem. A formação escolar vai abranger algumas categorias, como a formação do trabalho e da cidadania, não como separadas, mas indissociáveis na educação.

No primeiro momento, a Lei 9394/96 define que a educação básica se estende desde da educação infantil até o ensino médio, organizado a partir dos PCNs (Parâmetros Curriculares Nacionais), documento que irão estruturar o currículo de cada disciplina, partir de eixos temáticos, conteúdos e conceitos. Em relação ao PCN de geografia, o documento faz uma abordagem histórica sobre a disciplina, enquanto matéria escolar, sua importância para a cidadania e sociedade. O documento traz também os objetivos de aprendizagem, a seleção dos conteúdos por série/ano e a metodologia a ser desenvolvida.

Os PCNs tem sido visto com opiniões divergentes em relação a leitura, pois apesar de tratar de um documento que norteia os eixos com suas respectivas disciplinas, não houve uma grande discussão sobre sua prática entre os professores. Junior (2002) faz uma análise que no caso da Geografia, há avanços qualitativos no conteúdo, mas que carece de discussão acerca do objetivo da geografia em frente a realidade. O documento traz na perspectiva da Geografia, o homem como o sujeito que constrói o espaço geográfico, porém, o mesmo autor salienta que o documento não aborda as diferentes relações que irão reproduzir o espaço geográfico, que torna a compreensão do espaço geográfico superficial. Junior (2002) alerta para uma discussão mais ampla a respeito do documento:

Essas evidências acentuam a necessidade de leituras acuradas desses Parâmetros pelos professores, para que realizem reflexões críticas sobre os seus fundamentos teórico metodológicos, vinculados aos interesses das políticas neoliberais implementadas para justificar os interesses das classes dominantes do cenário nacional e internacional, a fim de redimensionarem a prática pedagógica da Geografia Escolar (p, 8)

Sobre os PCNs, Faria (2012) levanta duas questões importantes a respeito do documento. Por um lado, ele considera o PCN da Geografia positivo no que se refere ao fato de não ter início nem fim, e que há apenas uma formalidade, mostrando ao aluno a construção de conceitos geográficos e sua relação com

demais conteúdos de forma atitudinal e procedimental em ciclos. Porém o autor faz crítica no que se refere aos conceitos geográficos, pois estão definidos de forma superficial e pouco aprofundam a compreensão da realidade.

No caso da Geografia Escolar no Brasil, ao longo de seu percurso histórico, todas as reformas educacionais foram estruturadas para atender as necessidades do estado, no sentido na formação de mão de obra ou atender o pensamento da classe política e suas elites. A geografia, como ciência que aborda as transformações do espaço é essencial que professores em sua prática, tragam aos seus alunos a realidade local e que essa realidade seja objeto de transformação afim de tornar a geografia uma ciência significativa, pois se isso não ocorrer, ela será apenas uma ciência enfadonha, meramente informativa e sem objeto de mudança.

Iremos tratar da última reforma com mais detalhe, promovida em 2017, que exclui a obrigatoriedade do Ensino de Geografia no Ensino Médio, criada sobre a Lei 13.415/17,nas entrevistas seguintes com os professores de Geografia no IFSC, pois ainda há dúvidas de como o ensino de geografia vai se submeter a nova reforma e tampouco na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), homologada recentemente.<sup>3</sup> No documento oficial a nova reforma deixa claro que apenas o ensino de Língua Portuguesa, Matemática e uma disciplina de Língua Estrangeira serão obrigatórias nos 3 anos do Ensino Médio, como consta na página 2 da Lei nº 13415/2017:

§ 30 O ensino da língua portuguesa e da matemática será obrigatório nos três anos do ensino médio, assegurada às comunidades indígenas, também, a utilização das respectivas línguas maternas.

§ 4o Os currículos do ensino médio incluirão, obrigatoriamente, o estudo da língua inglesa e poderão ofertar outras línguas estrangeiras, em caráter optativo, preferencialmente o espanhol, de acordo com a disponibilidade de oferta, locais e horários definidos pelos sistemas de ensino (BRASIL, 2017).

No documento da nova lei do Ensino Médio, o texto não explicita que a Geografia seja obrigatória nos 3 anos do Ensino Médio, o que está gerando dúvidas em relação sobre o novo documento. No documento, o currículo de Geografia, que está inserido sobre a BNCC (Base Nacional Comum Curricular) na parte de ciências humanas diz que é obrigatória sua oferta.

-

<sup>&</sup>lt;sup>3</sup> A Base Nacional Comum foi homologada dia 3 de abril de 2018. Disponíve <a href="https://g1.globo.com/educacao/noticia/base-nacional-curricular-do-ensino-medio-e-entregue-pelo-mec-veja-o-documento.ghtml">https://g1.globo.com/educacao/noticia/base-nacional-curricular-do-ensino-medio-e-entregue-pelo-mec-veja-o-documento.ghtml</a>

- "Art. 36. O currículo do ensino médio será composto pela Base Nacional Comum Curricular e por itinerários formativos, que deverão ser organizados por meio da oferta de diferentes arranjos curriculares, conforme a relevância para o contexto local e a possibilidade dos sistemas de ensino, a saber:
- I Linguagens e suas tecnologias;
- II Matemática e suas tecnologias;
- III ciências da natureza e suas tecnologias;
- IV Ciências humanas e sociais aplicadas;
- V Formação técnica e profissional.

Sobre a nova reforma, o momento é de incertezas sobre a disciplina de Geografia no Ensino Médio e sobre as demais disciplinas, pois ainda as escolas estão se adaptando a nova lei e ao documento da Base Nacional Comum Curricular. Independente de mais uma reforma curricular no ensino, na qual não houve um debate entre profissionais da educação, sendo instituída *a toque de caixa*, o papel do docente, sobretudo de Geografia é resistir as imposições impostas pelo estado e promover um ensino que busque uma mudança em frente as transformações do espaço.

# 3 CRONOLOGIA HISTÓRICA E CURRICULAR DO IFSC E O ENSINO DE GEOGRAFIA NO IFSC CAMPUS FLORIANÓPOLIS E CAMPUS CONTINENTE

O 2° capítulo tem como objetivo, fazer uma análise sobre o currículo de Geografia no IFSC, a partir de documentos de alguns cursos de ensino técnico integrado dentro do campus Florianópolis, localizado na Avenida Mauro Ramos e do campus – Continente, no bairro de Coqueiros, com os cursos de PROEJA, ambos de Florianópolis. Dentro do capítulo, faremos uma revisão bibliográfica sobre a criação dos Institutos Federais no Brasil, com foco no IFSC, a relação do ensino propedêutico e técnico dentro da instituição e depois analisar o currículo de geografia dentro do IFSC.

# 3.1 A trajetória histórica e curricular do IFSC Campus Florianópolis (Da Escola de Aprendizes Artífices ao IFSC)

A história do IFSC está relacionada a partir da criação do decreto nº 7566 — de 23 de setembro de 1909 pelo então Presidente Nilo Peçanha que institui nas capitais de cada unidade federativa no Brasil as Escolas de Aprendizes Artífices para o ensino profissional. Segundo Almeida (2010), os objetivos da criação das Escolas de Aprendizes Artífices eram ao mesmo tempo qualificar a mão de obra operária em uma época onde a população urbana começava a crescer no Brasil, e dar estudo aos filhos dos menos favorecidos, a fim de deixá-los "menos ociosos e sujeitos a marginalidade". É importante salientar, no que se refere na educação escolar brasileira, havia uma dualidade entre a elite e as classes mais pobres. A elite brasileira dispunha de um ensino que tinha como objetivo o ingresso ao ensino superior, enquanto as camadas mais pobres da sociedade teriam na educação apenas como uma ferramenta para qualificação profissional, como relata Silva (2010).

Quase um ano depois do decreto para a criação destas escolas, em 1 de setembro de 1910 é instalada em Florianópolis a Escola de Aprendizes Artífices de Santa Catarina na Rua Almirante Alvim.

A Escola de Aprendizes Artífices oferecia a educação desde o ensino primário. Os primeiros cursos profissionais da Escola de Aprendizes Artífices de Santa Catarina foram carpintaria, tipografia, escultura e mecânica (ferraria e serralheria).

Na pesquisa sobre a história do IFSC, houve diferentes mudanças, tanto no nome, como no currículo da instituição, destacando a integração entre o ensino tradicional e profissional.

Nessas mudanças, em 1937, a Escola de Aprendizes Artífices agora denominava Liceu Industrial, que segundo Almeida (2010) foi um impulso para desenvolver o ensino industrial no país, visto que aos poucos o Brasil começava a desenvolver sua industrialização durante a era Vargas, junto ao aumento, da urbanização do território brasileiro. Nesse período surgiram algumas leis que citamos no capítulo anterior, como o decreto lei n°4244/42, que organizava e regulamentava o ensino industrial no país, com o surgimento do SENAI (Serviço Nacional da Indústria), promovendo a oferta cursos de caráter profissionalizante

para a formação de mão- de obra na indústria e também a pressão dos chamados pensadores *escolanovistas* para a oferta de educação obrigatória e gratuita a todos, como aponta Silva (2010). Dentro do contexto de mudanças na educação brasileira haverá um aumento dos cursos oferecidos nas Escolas de Aprendizes Artífices, com uma grade curricular maior de outros cursos com caráter Industrial, como mostra o Quadro a seguir:

**Quadro 1-** Comparação das matérias curriculares entre a Escola de Aprendizes Artífices e o Liceu Industrial de Santa Catarina:

Escola de Aprendizes Artífices	Liceu Industrial
1º Ano Pré-vocacional Leitura Escrita Aritmética Caligrafia Desenho à Mão Livre	1º Ano Pré-vocacional Leitura Trabalhos Manuais Aritmética (contas) Caligrafia Lições de Coisas Português (escrita) Desenho à Mão Livre
2º Ano Pré-vocacional Leitura Escrita Aritmética Caligrafia Desenho à Mão Livre	2º Ano Pré-vocacional Trabalhos Manuais Aritmética Caligrafia Lições de Coisas Português Geometria Geografia História Pátria Instrução Moral e Cívica Desenho à Mão Livre Aprendizagem de Oficina
1º Ano Profissional Leitura Escrita Aritmética Caligrafia Lições de Coisas Desenho à Mão Livre Aprendizagem de Oficina	1º Ano Profissional Tecnologia Aritmética Lições de Coisas Português Geometria Geografia História Pátria Instrução Moral e Cívica Desenho à Mão Livre Desenho Geométrico Desenho Industrial Aprendizagem de Oficina
2º Ano Profissional Leitura Escrita Aritmética Caligrafia Lições de Coisas Geometria Geografia História Pátria Instrução Moral e Cívica Desenho à Mão Livre Aprendizagem de Oficina	2º Ano Profissional Aritmética Português Geometria Instrução Moral e Cívica Física Desenho à Mão Livre Desenho Geométrico Desenho Industrial Tecnologia Aprendizagem de Oficina
3º Ano Profissional Leitura Escrita Aritmética Caligrafia Lições de Coisas Português Geometria Geografia História Pátria Instrução Moral e Cívica Desenho à Mão Livre Desenho Geométrico Desenho Industrial Aprendizagem de Oficina	3º Ano Profissional Geometria Português Tecnologia Física Química Álgebra Escrituração e Correspondência História Natural Desenho Industrial Aprendizagem de Oficina Trigonometria
4º Ano Profissional Leitura Escrita Aritmética Caligrafia Português Geometria Instrução Moral e Cívica Física Desenho à Mão Livre Desenho Geométrico Desenho Industrial Aprendizagem de Oficina	4º Ano Profissional Tecnologia Eletrotécnica Física Mecânica Química Álgebra Trigonometria Escrituração e Correspondência História Natural Desenho Industrial Aprendizagem de Oficina Português

Fonte: Almeida (2010, p. 44)

Não é o objetivo da pesquisa abordar todo o currículo do IFSC, desde de sua criação, mas sim mostrar as disciplinas que foram ensinadas durante sua trajetória, a relação entre o currículo profissional e propedêutico, as mudanças curriculares e analisar a disciplina de Geografia dentro da instituição.

No caso da disciplina de Geografia, ela aparece no currículo da Escola de Artífices Aprendizes apenas no Ensino Profissional de 4 anos, sendo oferecida no 2° e 3° ano do Ensino Profissional. No currículo do Liceu Industrial, a Geografia aparece como disciplina obrigatória no 2° ano do pré-vocacional e no 1° ano do profissional. Apesar do aumento da carga curricular do Liceu Industrial, tanto do Ensino Propedêutico, como também no Ensino Profissional, a disciplina de Geografia não é acrescida, como as outas disciplinas, coincidentemente em uma época, como vimos no capítulo anterior o início dos cursos de Geografia em algumas faculdades no país, e a criação do IBGE e da AGB no mesmo período.

Em 1942, como citado anteriormente o decreto lei 4244/42 vai regulamentar o Ensino Industrial no país, criando as chamadas Escolas Industriais, que segundo Almeida (2010) irão formar profissionais docentes para ensinar o Ensino Industrial aos educandos e na formação de profissionais voltados para atender a demanda por mão de obra no setor industrial. Em Florianópolis, a Escola Industrial passou a destinar cursos industrial aos alunos do Ensino Primário, com duração de 4 anos e cursos para professores, que no caso, denominava- se mestres. O currículo da Escola Industrial ficou dividido em ensino geral, comum a todas as séries no quadro 2 e ensino técnico, conforme o quadro 3, frisando que até os anos de 1960, a Escola Industrial formava alunos, desde do ensino primário até o ensino técnico ginasial.

# Quadro 2- Currículo de ensino geral na Escola Industrial

# As Matérias Curriculares Comuns às Quatro Séries Industriais

Português

Matemática

Ciências Físicas e Naturais

Geografia do Brasil (apenas 1ª e 2ª séries)

História do Brasil (apenas 3ª e 4ª séries)

Desenho Técnico

Tecnologia (apenas 2ª, 3ª e 4ª séries)

Fonte: Almeida (2010, p. 49)

Quadro 3- Disciplinas do ensino técnico da Escola Industrial

	Cerâmica	
2ª Série Industrial Modelagem	3ª Série Industrial Modelagem	4ª Série Industrial Modelagem
Moldação Tornearia	Moldação Queima Mat. Cerâmicos Decoração	Queima Mat. Cerâmicos Decoração
	Mecânica de Máquinas	
Fundição Forja Serralheria Trab. Máq. Operatrizes Ajustagem	Serralheria Trab. Máq. Operatrizes Ajustagem Ferramentaria Const. Mont. Máquinas	Forja Serralheria Trab. Máq. Operatrizes Ajustagem Ferramentaria
	Managaria	Const. Mont. Máquinas
Marcenaria	<i>Marcenaria</i> Entalhação	Entalhação
Tornearia Entalhação Manejo de Máquinas	Marcenaria Manejo de Máquinas Estofaria	Marcenaria Manejo de Máquinas Estofaria
	Acabamento de Móveis	Acabamento de Móveis
	Fundição	
Modelação Moldação Fundição de Ferro Fundição de Bronze e Metais	Modelação Moldação Fundição de Ferro Fundição de Bronze e Metais	Modelação Moldação Fundição de Ferro Fundição de Bronze e Metais
	Tipog. e Encademação	
Composição Manual Impressão Pautação Encadernação Douração	Composição Manual Composição Mecânica Impressão Encadernação Douração Estereotipia	Composição Mecânica Impressão Estereotipia
	Alfaiataria	
Corte Costura Conf. de Calças e Coletes Confecção de Paletós Confecção de Uniformes Obras de Cinta	Corte Costura Conf. de Calças e Coletes Confecção de Paletós Confecção de Uniformes Obras de Cinta	Corte Costura Conf. de Calças e Coletes Confecção de Paletós Confecção de Uniformes Obras de Cinta
	Carpintaria	
Esquadrias Tesouras e Coberturas Formas, Escoras, Andaimes	Esquadrias Tesouras e Coberturas Formas, Escoras, Andaimes	Esquadrias Tesouras e Coberturas Formas, Escoras, Andaimes
	Serralharia	
Latoaria Forja Serralharia	Forja Serralharia Solda Oxiacetilênica Solda Elétrica	Forja Serralharia Solda Oxiacetilênica Solda Elétrica

Fonte: Almeida (2010, p. 50)

Em 1959 ocorre uma nova mudança curricular dentro do IFSC, a partir da lei n° 3552 que transforma o Ensino Industrial e ao mesmo tempo ampliar o conhecimento cultural, formação profissional e progressão de estudos ao educando. Sendo assim o IFSC, não funcionaria apenas como uma escola que abrigava os alunos desde do Ensino Primário, mas uma continuação de estudos aos alunos que, sendo o ingresso permitido, apenas com o primário completo. Oficialmente o decreto n° 50.492 de 1961 vai instituir o Ginasial Industrial na instituição, substituindo o Ensino Industrial Básico com as seguintes finalidades:

- a) continuar a formação da personalidade em continuidade à educação primária;
- b) prosseguir e acentuar a estruturação de valores morais, cívicos e humanísticos;
- c) levar o adolescente à compreensão do papel da ciência e da técnica do mundo moderno;
- d) criar atitudes positivas em relação às atividades técnico-científicas, explorar aptidões e desenvolver habilidade de sentido prático;
- e) orientar o adolescente na escolha de oportunidade de trabalho ou de estudos ulteriores (ALMEIDA, 2010, p. 73 *Apud* BRASIL, 1961)

Dentro da lei, o IFSC ganhou uma certa autonomia em relação aos cursos técnicos ofertados, tanto do ponto de vista curricular, como também juridicamente. Apesar dos aspectos positivos da nova lei, nesse período, segundo Almeida (2010), a escola passou por algumas dificuldades, como falta de profissionais especializados para atender a nova demanda da escola, salários atrasados aos professores. Isso fez com que houvesse dificuldade em se implantar o Ginasial Industrial, pois a falta de profissionais especializados emperrou a nova grade curricular. Coincidentemente, o período foi marcado por instabilidade política, antecedendo o período correspondente a ditadura militar, o que ocasionou incertezas em relação a instituição.

Juntamente com a mudança curricular e o clima de conturbação, a instituição passa a ser transferida para a Avenida Mauro Ramos no ano de 1962. A mudança para a Mauro Ramos já estava sendo planejada, desde de 1946, e mesmo após a inauguração da nova sede para Mauro Ramos, boa parte de sua estrutura física ainda se concentrava na Almirante Alvim, na qual segundo Almeida (2010), a nova sede apresentava alguns problemas estruturais, como a falta de saneamento, que foi solucionada com a participação de servidores e alunos. Ainda no mesmo período é finalmente implantado o Ginásio Industrial, com o objetivo de ampliar a formação

profissional e a continuação dos estudos dos educandos. O currículo ficou definido da seguinte forma, como mostra o quadro 4:

Quadro 4- Currículo do Ginasial Industrial

1ª série	2ª série
Português	Português
Matemática	Matemática
Desenho	Desenho
História	História
Geografia	Geografia
Ciências	Ciências
Canto	Canto
Educação Física	Educação Física
Artes Industriais	Artes Industriais
Religião	Religião
3ª série	4 <sup>a</sup> série
Português	Português
Matemática	Matemática
Ciências	Ciências
Desenho	Desenho
Inglês	Inglês
Geografia	Org. Pol. Social
Educação Física	Educação Física
Prática Profissional	Prática Profissional
Religião	Religião

Fonte: Almeida (2010, p. 75)

A disciplina de geografia vai aparecer nos três primeiros anos do Ginasial Industrial, sendo integrado ao curso técnico. Segundo Almeida (2010) a disciplina de Geografia no novo currículo Ginasial Industrial vai abranger a Geografia Geral, em detrimento dos conteúdos de Geografia do Brasil. Com a implantação final da Escola Industrial de Florianópolis em 1962, surgem os novos cursos técnicos, como Desenho Técnico e Máquina e Motores, com os seguintes currículos:

Quadro 5- Currículo do Curso Máquinas e Motores

1ª série	2ª série	3ª série
Desenho	Desenho	Elementos de Máquinas
Tecnologia Mecânica e Ensaios	Mecânica Técnica	Desenho
Prática Profissional	Tecnologia Mecânica e Ensaios	Tecnologia Mecânica e Ensaios
Matemática	Prática Profissional	Resistência dos Materiais
Português	Matemática	Elementos de Eletrotécnica
Física	Português	Máquinas e Aparelhos
Química	Física	Eletrônicos
Biologia	Química	Org. do Trab. e Higiene
Inglês	Inglês	Industrial
História	·	Prática Profissional
Educação Física		Português

Fonte: Almeida (2010, p. 77)

Quadro 6- Currículo do Curso Desenho Técnico

1ª série Prática de Oficinas Geometria Descritiva Tecnologia Mecânica e Ensaios Desenho Matemática Português Física Química Biologia Inglês História Educação Física Prática Profissional	2ª série Desenho Mecânica Técnica Tecnologia Mecânica e Ensaios Prática de Oficina Prática Profissional Matemática Português Física Química Inglês	3ª série Org do Trab. e Higiene Industrial Desenho Elementos de Máquinas Elementos de Eletrotécnica Resistência dos Materiais Prática de Oficina Prática Profissional Português
---	--	---

Fonte: Almeida (2010, p. 77)

Em 1965, a Escola Industrial de Florianópolis, passa a se chamar de Escola Federal Industrial de Santa Catarina. Segundo Almeida (2010), a mudança do nome marcou um processo de reestruturação da Instituição, como recuperação financeira e educacional, superando o início conturbado do Ginasial Industrial. Houve uma ampliação no quadro de professores, tanto no ensino tradicional, como também no ensino técnico e a implantação do curso de agrimensura em 1966. O currículo do

curso de agrimensura, ao contrário do curso de desenho técnico e máquinas e motores, deu ênfase a disciplina de geografia, como mostra o quadro abaixo.

Quadro 7- Currículo do Curso de Agrimensura

Disciplinas	1ª série	2ª série	3ª série
Inglês	2		
Português	3	2	2
Matemática	3	3	2
Química		2	2
Física	4	4	
Biologia			2
História	2		
Geografia Regional	2		
Desenho Topográfico	4	4	4
Topografia	4	4	
Geologia e Noções de Geomorfologia		2	
Hidrologia e Hidrografia e Noções de Saneamento			
Topografia e Locação de Vias		2	
Astronomia de Campo			4
Levantamento Cadastrais			3
Legislação de Terras			2
			2

Fonte: Almeida (2010, p. 96)

Em 1968, a Escola Industrial Federal de Santa Cataria passa a denominar Escola Técnica Federal de Santa Catarina (ETF). Em termo administrativos, a escola conseguiu a enfrentar a crise do início dos anos 60, e gradativamente, como aponta Almeida (2010), consolidou-se como uma instituição de ensino profissionalizante para alunos do 2° grau, com finalidade de formar técnicos em diversos cursos, sendo inclusive, incluindo a profissão de técnico. Ainda no mesmo ano, foi implantado o curso de eletromecânica.

Na década de 1970, apesar a reforma que provocou profunda alterações no ensino de 2° grau nas escolas do brasil, com a integração do ensino médio com o profissionalizante de maneira compulsória, no IFSC, as transformações não foram tão significativas, pois as escolas técnicas federais, transformadas em autarquias na década de 1960 possuía mais recursos em relação as demais instituições, provocando poucas alterações em relação ao currículo na instituição, houve apenas mudanças pontuais, como alteração do ano letivo de anual para

semestral, com a introdução de "fases" e uma maior integração entre a Instituição com as empresas, com o objetivo de qualificar e fornecer mão- de- obra para as indústrias do Estado. Essa integração entre a formação profissional e o fornecimento de mão de obra nas industrias catarinense entra em um contexto, com o chamado "milagre econômico" brasileiro no período da ditadura militar, na qual a formação profissional dava ênfase as competências distintas, valorizando apenas a repetição de tarefas, conhecimento bem específicos e treinamento para as empresas, negligenciando outros saberes. Kuenzer (2002) relata que esse tipo de educação era baseado em sistema fordista- taylorista, enfatizando a divisão do trabalho, e essa divisão vai ocorrer no campo educacional.

Nessa concepção, que fundamentou os cursos de treinamento das empresas, de qualificação profissional das agências formadoras e os médios profissionalizantes, o desenvolvimento das competências intelectuais superiores e o domínio do conhecimento científico tecnológico não se apresentavam como necessidade para os trabalhadores. Para estes, o conceito de competência profissional compreendia alguma escolaridade, treinamento para a ocupação e muita experiência, de cuja combinação resultava destreza e rapidez, como resultado de repetição e memorização de tarefas bem definidas, de reduzida complexidade e estáveis (KUENZER, 2002, p.31).

A partir de 1978, haverá uma nova alteração no nome da instituição em alguns Estados do Brasil, como no Rio de Janeiro, Paraná e Minas Gerais, substituindo o nome de Escola Técnica Federal para Centro Federal de Educação Tecnológica (CEFET). O processo de transformação das escolas técnica federais em CEFETs antecedia uma concepção anterior a lei 9394/96, que ao contrário das reformas educacionais dos anos 70, tinha objetivo segundo Campello (2007) de promover a qualificação do trabalhador, sem escolaridade prévia, criação de cursos de curta duração e ao mesmo tempo criar cursos de nível superior tecnólogo, diminuindo a procura nas universidades no Brasil e ofertando a formação profissional nas indústrias. No sentido específico, cada CEFET teria uma nova estrutura curricular e física e adequaria a necessidades locais, criando uma identidade própria no seu sistema educacional, como aponta Campello (2007).

Em Santa Cataria a mudança do nome de ETF para CEFET só viria acontecer no ano de 1994, junto com as demais escolas federais em outros Estados do Brasil. Segundo Coelho (2012), mudança no nome significou mudanças profundas na Educação Profissional do país, que denominou- se "cefetização" da

instituição. Esse processo buscou abranger um projeto institucional, na qual o objetivo era fazer uma avaliação criteriosa de toda estrutura física e curricular, afim de se adequar à nova demanda educacional.

Coelho (2012) aponta que esse processo de mudança, envolveu docente, funcionários e ex-alunos de alguns cursos técnicos. Dois anos depois em 1996, foi realizado um Plano Político Pedagógico, para a então Escola Técnica Federal de Santa Cataria para transformação em CEFET, sendo o projeto encaminhado para Brasília em 1997, alterando sua estrutura física e curricular. Porém, segundo Coelho (2012) houve retaliação por parte do Governo Federal, por alguns motivos, entre eles, a discordância sobre a reforma na educacional imposta pelo Governo Federal, a partir do decreto nº 2208/97 cuja característica fundamental foi a desvinculação dos ensinos médio e técnico, sendo que fez com que a Escola Técnica oferecesse o Ensino Médio propedêutico e o Técnico apenas como subsequente, e o descumprimento parcial de outros requisitos.

A transformação da Escola Técnica Federal em CEFET só viria acontecer em Santa Catarina cinco anos depois, em 2002, implantando também cursos superiores de tecnologia. Até a mudança do CEFET para o IFSC, houve ampliação de novos cursos, os cursos técnicos integrados a partir do decreto nº 5154/04. No mesmo ano em 2004, foram implantados os primeiros cursos de EJA, primeiramente, denominado de EMJA (Ensino Médio para Jovens e Adultos) e um ano depois 2005, o EMJA foi denominado de PROEJA (Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos), sobre o decreto nº 5478. Outros cursos foram sendo implantados, como os cursos vinculados a Educação à Distância, criação de cursos de pós-graduação, a implantação da Unidade Continente em Coqueiros em Florianópolis e a criação dos cursos de Cozinha, Hospedagem, Panificação e Serviços de Restaurante, o que marcou um período de grande ampliação física e curricular na Unidade de Florianópolis.

Nesse processo de consolidação do CEFET em Santa Catarina, com ampliação em outras unidades no Estado, em 2008, o governo federal vai instituir a partir do decreto 11892/08 criando a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, criando os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, sendo assim o CEFET de Santa Catarina vai mudar o nome para IFSC (Instituto Federal de Santa Catarina) e o IFC (Instituto Federal Catarinense).

Segundo Coelho (2012), o momento de transformações do CEFET e Instituto Federal, houve divergências entre os servidores, professores e alunos quanto as mudanças, não apenas no nome, mas também na mudança estrutural da Instituição. Ocorreram reuniões entre fevereiro e março de 2008 para discutir a transformação do CEFET para o IFSC, sendo a votação marcada para o dia 07 de março, na qual foi defendida a mudança do nome de CEFET para IFSC.

Hoje o IFSC é uma Rede Federal composta por vários cursos, de Ensino Médio Integrado, subsequente, cursos FIC, Superior, Pós-Graduação, Modalidade Proeja e à Distância. Além do Campus de Florianópolis, localizado na Avenida Mauro Ramos, o IFSC tem unidade no Campus Continente, em Coqueiros, em Florianópolis e em várias cidades de Santa Catarina.

Após um breve histórico sobre a trajetória curricular do IFSC, a partir das análises da mudança de nome e do currículo na unidade de Florianópolis, a segunda parte do capítulo tem como objetivo mostrar o currículo da disciplina de Geografia nos cursos de nível médio integrado no Campus de Florianópolis e no Técnico em Cozinha no campus continente em Florianópolis.

# 3.2 O currículo da disciplina de Geografia nos cursos de Ensino Médio Integrado no campus Florianópolis e no campus continente

Após abordagem sobre a história da criação do IFSC, analisando o currículo desde da Escola de Aprendizes Artífices aos dias de hoje, temos como foco essa parte analisar a disciplina de Geografia nos cursos de Ensino Médio Integrado no campus de Florianópolis e Continente. Além de mostrar o currículo, o objetivo é analisar o papel da Geografia dentro na modalidade de Ensino Médio Integrado e as metodologias dos docentes em relação a disciplina.

Analisamos o PPC (Projeto Pedagógico Curricular) dos seguintes cursos: Edificações, Eletrônica, Eletrotécnica, Química e Saneamento, na modalidade integrado e ministrados no campus Florianópolis; e no curso de Técnico em Cozinha na modalidade PROEJA, que possui conteúdos ministrados no campus continente em Coqueiros, também em Florianópolis.

Os cinco cursos integrados, apesar de suas especificidades tem em comum a divisão em 8 fases e separados por áreas de conhecimento: parte comum; envolvendo linguagens, ciências humanas, ciências da natureza; parte diversificada, correspondente a cada curso e a parte específica, envolvendo o ensino profissionalizante, específica de cada curso.

Já o curso técnico em cozinha na modalidade PROEJA, o curso se divide em 5 módulos, onde cada módulo possui áreas de conhecimento em comum com as disciplinas específicas do curso.

No que diz a respeito da disciplina de Geografia, nos cincos cursos do integrado, ela aparece apenas na 6° fase em diante. No curso de Técnico em cozinha, a disciplina de Geografia vai aparecer nos dois últimos módulos: o módulo 4 e 5. Para compreender melhor sobre os currículos de Geografia no ensino integrado, trouxemos uma tabela que enfoca os conteúdos das fases onde estão inseridas a disciplina de geografia e seus conteúdos nos quadros abaixo:

# Quadro 8- Currículo da Geografia da 6° fase do Ensino Médio Integrado

Unidade Curricular / Disciplina:	CH:	FASE:
Geografia	40	6 <sup>a</sup>

# Competências / Objetivos:

Reconhecer e elaborar esquemas de investigação que desenvolvam a observação dos processos de formação do território brasileiro, tendo em vista as relações de trabalho, a incorporação de técnicas e tecnologias e o estabelecimento de redes sociais;

Compreender que os usos do território brasileiro pela comunidade humana têm implicado desequilíbrios socioambientais e desagregação de ecossistemas;

Identificar o Brasil como um país de economia emergente - BRICS e os desafios frente a implantação da UNASUL.

#### Habilidades:

- Entender a classificação do Brasil como país emergente periférico e o processo histórico responsável por essa situação;
- Identificar, analisar e avaliar o impacto das transformações sociais, econômicas, culturais e políticas no espaço geográfico brasileiro, a partir da nova ordem mundial.

#### Bases Tecnológicas ou Saberes:

Caracterização do espaço geográfico brasileiro;

A economia brasileira: dos espaços pré-industriais a industrialização no Brasil;

O espaço agrário brasileiro;

Os Complexos Regionais;

A modernização do Brasil frente aos blocos econômicos.

Temas transversais: Educação Alimentar e Nutricional

Processo de Envelhecimento, Respeito e Valorização do Idoso

Educação Ambiental

Educação para Trânsito

Educação em Direitos Humanos

Fonte: PPC dos cursos técnicos do IFSC

# Quadro 9- Currículo da Geografia da 7º fase do Ensino Médio Integrado

Unidade Curricular / Disciplina:	CH:	FASE:
Geografia	40	7 <sup>a</sup>

# Competências / Objetivos:

Identificar, analisar, avaliar e estabelecer interdisciplinarmente as transformações ambientais, socioeconômicas e culturais no espaço geográfico catarinense.

#### Habilidades:

Identificar os ecossistemas catarinenses:

Estabelecer relações entre os fluxos populacionais e a (re)organização do espaço geográfico catarinense:

Reconhecer a economia catarinense frente à globalização econômica.

# Bases Tecnológicas ou Saberes:

Caracterização espacial;

O quadro natural e as paisagens catarinenses;

O povo catarinense, a sociedade e a economia.

Temas transversais:

Educação Alimentar e Nutricional;

Processo de Envelhecimento, respeito e valorização do idoso;

Educação Ambiental;

Educação para trânsito;

Educação em Direitos Humanos

Fonte: PPC dos cursos técnicos do IFSC

Quadro 10- Currículo da Geografia da 8° fase do Ensino Médio Integrado

Unidade Curricular / Disciplina:	CH:	FA	l
Geografia	40	SE:	l
		8 <sup>a</sup>	l

# Competências / Objetivos:

Compreender as mudanças ocorridas no espaço geográfico mundial, identificando-as em seu contexto histórico e estabelecendo entre elas uma relação temporal.

#### Habilidades:

Analisar as relações de poder das práticas sociais no espaço de vivência, associando as referências locais com outros lugares de culturas e economias diferentes, numa visão regional, nacional e planetária;

Reconhecer as mudanças ocorridas no mundo a partir do término da Guerra Fria;

Identificar as novas relações de trabalho e de produção;

Relacionar a origem dos conflitos no uso do território e na gestão dos recursos com situações de desigualdade do desenvolvimento econômico e social sobretudo das áreas globais em conflito;

Compreender a necessidade do desenvolvimento sustentável.

## Bases Tecnológicas ou Saberes:

Cap. I – A internacionalização do capital

Cap. II – O mundo sem fronteiras econômicas

Cap. III – Economias emergentes

Cap. IV – As grandes tensões no mundo

Cap. V – A sociedade de consumo e o meio ambiente

Temas transversais:

Educação Alimentar e Nutricional;

Processo de Envelhecimento, respeito e valorização do idoso;

Educação Ambiental e Direitos Humanos

Fonte: PPC dos cursos técnicos do IFSC

Analisando os conteúdos das fases do currículo em geografia no ensino médio integrado, de maneira geral, os conteúdos de geografia têm grande relação do mundo do trabalho e a realidade social, pois envolvem tema que tratam sobre economia, relações internacionais e atualidades. A 6° fase se caracteriza em abordar o território brasileiro no aspecto natural e econômico e suas relações com os demais países; a 7° fase se trata sobre o espaço catarinense e a 8° fase abordam como conteúdos a globalização, os conflitos no mundo e as relações desiguais entre os países.

Genericamente falando, os conteúdos de geografia no ensino médio integrado não difere dos conteúdos do ensino médio regular, uma vez que o PCN traz na Geografia do ensino médio uma abordagem onde o alunos reconheça no lugar como uma forma de transformação e exercício de cidadania, ou ainda "reconhecer na aparência das formas visíveis e concretas do espaço geográfico"; 2) "compreender e aplicar no cotidiano os conceitos básicos da Geografia"; e 3) "identificar e analisar o impacto das transformações naturais, sociais, econômicas, culturais e políticas do seu lugar no mundo" (PCNs,1999, p. 63).

No curso de técnico em cozinha na modalidade PROEJA, possui uma característica mais profissionalizante, sendo formação mais específica para o mercado de trabalho. A disciplina de Geografia vai trazer em seu currículo, conteúdos que aliem a formação geral com a formação profissionalizante, como mostra o quadro a seguir:

### Quadro 11- Currículo de Geografia no curso de técnico em cozinha módulo 4

#### Competências

- Compreender a gênese e a transformação das diferentes organizações territoriais e os múltiplos fatores que neles intervêm, como produto das relações de poder.
- Conhecer o desenvolvimento da sociedade como processo de ocupação de espaços físicos e as relações da vida humana com a paisagem.

#### Conhecimentos

- Geografia Humana Grupos sociais e a construção do espaço geográfico brasileiro;
- Geografia da Fome As relações entre a sociedade, a natureza e a distribuição de renda e alimentos:
- Análise da estrutura populacional brasileira;

#### **Habilidades**

- Identificar as relações entre paisagem, lugar e espaço, a partir do desenvolvimento da sociedade humana e suas implicações sócio econômicas;
- Estabelecer as relações no cotidiano dos fenômenos naturais e suas implicações na sociedade

e no espaço que ela ocupa;

- Estabelecer as relações dos fenômenos culturais, econômicos, tecnológicos e políticos nas diferentes escalas: local, regional, nacional e global.
- Estabelecer relações entre os fenômenos do mundo natural e o cotidiano da sociedade;
- Analisar a produção do espaço geográfico pelas sociedades humanas;
- Relacionar sociedade e natureza, reconhecendo suas interações na organização do espaço, em diferentes contextos histórico-geográficos.
- Compreender o humano e os grupos sociais como sujeitos de transformação na sociedade e os múltiplos fatores que nela intervêm.

Atitudos

Fonte: PPC dos cursos técnicos do IFSC

Quadro 12- Currículo de Geografia no curso de técnico em cozinha- módulo 5

Unidade Curricular: Geografia 2 CH:40h Semestre: 5°

#### Competências

- Compreender a gênese e a transformação das diferentes organizações territoriais e os múltiplos fatores que neles intervêm, como produto das relações de poder.
- Conhecer o desenvolvimento da sociedade como processo de ocupação de espaços físicos e as relações da vida humana com a paisagem.

#### **Conhecimentos**

- Geografia de Santa Catarina: aspectos físicos e humanos;
- Geografia e alimentação.

#### **Habilidades**

- Identificar as relações entre paisagem, lugar e espaço, a partir do desenvolvimento da sociedade humana e suas implicações sócio econômicas;
- Estabelecer as relações no cotidiano dos fenômenos naturais e suas implicações na sociedade e no espaço que ela ocupa;
- Estabelecer as relações dos fenômenos culturais, econômicos, tecnológicos e políticos nas diferentes escalas: local, regional, nacional e global.
- Estabelecer relações entre os fenômenos do mundo natural e o cotidiano da sociedade;
- Analisar a produção do espaço geográfico pelas sociedades humanas;
- Relacionar sociedade e natureza, reconhecendo suas interações na organização do espaço, em diferentes contextos histórico-geográficos.
- Compreender o humano e os grupos sociais como sujeitos de transformação na sociedade e os múltiplos fatores que nela intervêm.

Fonte: PPC dos cursos técnicos do IFSC

. Nos módulos em que estão a disciplina de geografia no curso de técnico em cozinha, o currículo traz uma abordagem voltada a geografia humana e as dinâmicas no espaço geográfico. Especificamente, como se trata de um curso mais profissionalizante, a disciplina de geografia vai trazer conteúdos que estabeleçam relação com formação técnica. Nesse aspecto, os dois módulos trazem em seu currículo temas específicos, como a geografia da fome e da alimentação. Os dois temas têm como objetivo trazer a distribuição, produção de alimentos e as causas da fome no planeta. A Geografia de Santa Catarina também á abordada em um dos módulos, pois o estado dentro da economia nacional é um dos grandes produtores

de alimentos do país e tem grande relação com a gastronomia.

Sobre o currículo em geral da disciplina de Geografia, tanto dos cursos de Ensino Médio Integrado, quanto no curso técnico, a baixa carga horária da disciplina dificulta uma abordagem mais detalhada dos objetivos que disciplina dispõe. Provavelmente, os cursos de ensino médio integrado e proeja irão dar prioridades disciplinas especificas para a formação profissional, inclusive sendo colocadas nas fases iniciais dos cursos. As disciplinas das áreas de humanas, como é o caso da Geografia, possui um aspecto de formação geral, mas não específicas, embora haja no seu currículo, conteúdos que terão relação com a formação específica. A baixa carga horária e o currículo sendo colocado no final do curso mostra a desvalorização da Geografia nesse modelo de ensino.

# 4 A REALIDADE DE UM PROFESSOR DE GEOGRAFIA NO IFSC: SUAS METODOLOGIAS, PRÁTICAS E SEU PAPEL NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL.

Para a compreensão mais detalhada sobre o funcionamento do ensino de Geografia do IFSC, elaboramos um questionário qualitativo com algumas perguntas relacionado a disciplina de Geografia e as metodologias e práticas dos professores no ensino médio integrado. Neste aspecto, realizamos entrevistas com 3 professores de Geografia. A ideia das entrevistas não se tratava apenas de saber os detalhes sobre apenas a Geografia dentro do IFSC, mas assim estabelecer uma relação do ensino dessa disciplina na modalidade do Ensino Médio integrado. Outro aspecto que a entrevista poderia nos trazer é a comparação do seu currículo, como a carga horária, seus conteúdos programáticos com os PCN de Geografia no Ensino Médio e, também pela Base Nacional Comum.

Nas entrevistas, foram convidados três professores que já lecionaram ou que lecionam atualmente no IFSC do campus de Florianópolis: uma professora que lecionou no IFSC- campus Florianópolis, e hoje está aposentada; um professor que trabalha no IFSC de Florianópolis desde 2017 e outra professora que leciona no IFSC desde 2015, mas que já trabalhou em outro Instituto Federal desde 2009. Nessa parte da pesquisa foi interessante entrevistar professores em escalas temporais diferentes dentro do IFSC, pois como vimos no capítulo anterior, houve diferentes mudanças dentro da instituição, não apenas no nome, mas também mudanças curriculares, o que acarretou modificações nos conteúdos de geografia. Nesse caso entrevistamos uma docente que acompanhou essas mudanças e hoje não se encontram mais atuando e os outros dois docentes entraram no período correspondente com a consolidação do IFSC em 2008.

A primeira entrevista foi realizada com uma professora aposentada, no caso é a professora A. Ela lecionou no IFSC, na época que ainda denominava Escola Técnica Federal a partir de 1984, e se aposentou no ano de 2017. Como professora ela lecionou entre 1984 e um pouco antes de 2008, período que a Escola Técnica Federal se transformou em IFSC. Nos últimos anos antes de sua aposentadoria, a professora atuou como coordenadora nos vestibulares do IFSC. No caso ela alega que não lecionou na última mudança para o IFSC e não trabalhou no Ensino Médio integrado, mas apenas no Ensino Médio propedêutico.

Durante a entrevista elaboramos questionários que abordassem o papel do professor no IFSC, a contribuição da Geografia aos alunos da instituição, a avaliação dos alunos sobre a disciplina de geografia, as metodologias e o currículo, a relação da geografia com as áreas técnicas, citando a avaliação dos docentes da área técnica sobre a disciplina. Embora não seja o foco da pesquisa, colocamos no questionário um assunto que tem gerado debate e divergência; a lei que modifica o Ensino Médio, homologada em 2017, citadas nos capítulos anteriores. Foi importante colocar esse tema, pois a reforma do Ensino Médio poderá acarretar impactos dentro do IFSC, podendo alterar profundamente o currículo do Ensino Médio integrado, incidindo sobre a disciplina de Geografia.

O segundo professor, que denominamos de professor B, é professor do IFSC do Campus de Florianópolis desde 2017. Apesar de estar apenas há um ano trabalhando no IFSC de Florianópolis, ele já atuava como professor no IFSC desde de 2013, no Campus de Chapecó.

O terceiro professor que é uma professora, denominada de professora C trabalha no Instituto Federal desde 2009, iniciando sua trajetória no Instituto Federal do Rio Grande do Sul, sendo que em 2010 foi transferida para o IFSC de Joinville. No IFSC do campus de Florianópolis, a professora trabalha desde 2015.

A primeira pergunta abordava sobre o papel do docente dentro do IFSC e sua atuação dentro da instituição. Os dois professores concordam que o professor tem que estar bem preparado, não apenas porque o nível de conhecimento dos alunos é amplo, mas também citaram a importância do professor em conhecer os sujeitos que estão no IFSC, sobretudo os mais carentes. O professor B ressalta que o papel do docente no IFSC não deve apenas focar nos conteúdos programáticos e apenas na formação profissional do aluno, e sim formar cidadãos críticos e atuantes na sociedade. A professora C não pronunciou sobre o papel de um professor no IFSC.

Sobre o currículo, a professora A não chegou a trabalhar nas mudanças ocorridas em 2008, ano que o então CEFET se transformou em IFSC e o então ensino médio passa a ser integrado com o ensino técnico. No período que professora A atuou como docente, a Geografia era bem tradicional, tanto nos conteúdos, como também nas metodologias. Apesar da abordagem tradicional, a professora alega que as aulas se inovaram, por parte de sugestão dos alunos, como saídas de estudos e outras metodologias, o que tornavam as aulas mais interessantes.

O professor B fez algumas críticas ao currículo do Ensino Médio Integrado, tanto na baixa carga horária, como também nos conteúdos programáticos. O professor B alega um excesso de conteúdos focados em Santa Catarina, mas com pouco foco em uma escala global. O professor B também é docente no curso em cozinha na modalidade de PROEJA, que no caso ele elogia o currículo, pois valoriza a vivência de vida dos educandos.

Já a professora C disse que o currículo e os conteúdos da disciplina da Geografia são bons e não tem nenhum problema sobre o currículo.

Sobre a contribuição da Geografia na formação técnica profissional os 3 professores concordam que ela contribui bastante na área técnica específica dos educandos. O professor B cita como como exemplo, os conteúdos que envolvem geologia e geomorfologia, bem como estudos dos solos, podem auxiliar e ter bastante relação em curso, como o curso de edificações, por exemplo.

No que se refere as metodologias, a professora A alega que o grande diferencial em suas aulas foram as saídas de estudos em lugares como Botuverá, para o estudo das rochas sedimentares e a volta a Ilha de Santa Catarina para a estudar a geologia e geomorfologia de Florianópolis, assim como também saídas para as indústrias, servindo como contribuição para alunos que estavam estagiando nos cursos específicos. A professora A afirma que as saídas de estudos, assim como os recursos didáticos, como mapas e outros livros tiveram grande contribuição para as suas aulas fossem mais atrativas aos alunos.

O professor B disse que as suas metodologias variam, conforme o curso. No ensino médio integrado ele se baseia em uma geografia mais tradicional, devido ao pouco tempo, onde os alunos pedem conteúdos voltados ao vestibular. Ele passa atividades, textos curtos e aulas em slides, geralmente dialogada. Para compensar o baixo tempo de discussão em sala de aula, o professor B utiliza projetos de pesquisa com os alunos, buscando promover uma maior autonomia e senso críticos dos alunos. No curso de PROEJA, o professor B trabalha de forma mais libertadora, como ele mesmo diz, trazendo textos e promovendo debates que tragam conteúdos mais próximos da realidade dos alunos.

A professora C usa como metodologias: trabalho de pesquisa, texto e quando é possível, tem em seu planejamento as saídas de estudos como complemento de algum conteúdo. No que se refere a avaliação dos alunos, a professora A alega que mudou muito a opinião dos alunos no decorrer no tempo. Nos anos 80 e 90, os educandos encaravam a geografia apenas como um item obrigatório para o vestibular, mas que a partir das inovações trazidas pelos professores, eles passaram a se interessar muito mais, inclusive muitos estudantes do IFSC prestaram vestibulares para a áreas humanas, inclusive a Geografia.

O professor B relata que os alunos têm uma avaliação positiva da disciplina. Apesar da baixa carga horária, os alunos já estão mais maduros e autônomos, pelo fato de a disciplina de geografia ser ensinada nas fases finais do curso.

A professora C, assim como o professor B, concorda que a avaliação dos alunos é positiva e que há bastante participação dos alunos nas discussões em sala de aula.

Apesar de não ser o foco principal da pesquisa, mas se tratando do momento atual na educação brasileira, uma pergunta foi pertinente colocar no questionário é em relação a reforma do Ensino Médio, dentro da Lei N° 13 415, que muda o currículo do Ensino Médio a partir da Base Nacional Comum Curricular. Perguntamos sobre os impactos que a reforma do ensino médio poderia acarretar dentro do IFSC. Os três professores praticamente tiveram a mesma opinião e concordaram que trará apenas pontos negativos, como redução de investimentos na educação públicas, deficiência na formação dos estudantes, formando apenas mão de obra para o mercado de trabalho, e como diz a professora A: "vão formar trabalhadores apenas para apertar parafusos". Outros pontos que os professores afirmam em relação a Lei nº 13415 são a formação de cidadãos menos críticos e esses cidadãos menos críticos, com uma formação mais superficial terão mais dificuldades em competir com alunos da rede particular. No caso da geografia, outro ponto que está em jogo é a redução ainda maior de sua carga horária, pois o currículo das áreas humanas será mais enxuto, como trata o texto da Lei nº 13 415.

Sobre as sugestões de modificações no currículo no ensino médio integrado e PROEJA houve diferenças em relação as opiniões dos professores, porém todos concordam que a principal modificação em relação ao currículo é a ampliação da carga horária da disciplina de geografia. A professora A relata que o aumento da carga horária de disciplinas das áreas humanas se faz necessária, pois muitos alunos depois que terminam seus estudos no IFSC prestam vestibulares para essas áreas.

O professor B foi mais além em seus relatos. Ele pede não apenas a ampliação da carga horária, mas as modificações dos conteúdos programáticos. O professor B fez críticas à forma como os conteúdos de geografia no ensino médio integrado são distribuídos, criticando especificamente o erro na 7° fase dos cursos integrados, onde trabalha apenas a Geografia de Santa Cataria. Ele dá como sugestão, mais projetos de pesquisa voltados à vivência dos alunos.

O professor B, que também leciona o curso de PROEJA no Campus em Coqueiros afirma que não mudaria o currículo do referido curso, porém ele faz ressalvas em relação a logística do curso e forma como a estrutura física está voltado a esses educandos. Segundo ele, o aluno de PROEJA precisa de uma maior atenção, pois é mais suscetível a evasão, pois tem como prioridade o seu trabalho, e qualquer dificuldade encontrada pode desmotiva-lo. Um exemplo que ele aborda, é dualidade de local onde o aluno de PROEJA estuda. As disciplinas técnicas são lecionadas no Campus Continente no bairro de Coqueiros em Florianópolis, porém as disciplinas de caráter propedêutico são lecionadas no Campus Florianópolis na Avenida Mauro Ramos. Esse simples fato, segundo o professor B, já é um fator de desmotivação a esse aluno, pois segundo o mesmo, o aluno de PROEJA se sente "perdido" e sem identificação com a instituição. Ele ainda acrescenta o fato de muitos destes alunos serem estudantes que estão há um bom tempo longe dos estudos, criando uma maior dificuldade de inserção no curso.

A professora C concorda com o currículo, mas assim como os outros 2 professores, ampliaria a carga horária da disciplina de Geografia, pois segundo ela, há uma dificuldade de trabalhar os conteúdos de uma forma mais detalhada.

Para finalizar o questionário a última pergunta era sobre a visão que os professores de outras disciplinas, sobretudo aos professores de áreas técnicas tinham sobre a geografia. Os três professores afirmam que há divergência sobre a importância das áreas humanas na formação dos alunos dentro IFSC. Eles relatam que os professores das demais áreas acham a Geografia uma disciplina necessária e importante para o vestibular, porém, não possuem a importância na formação profissional, o que mostra que há um dualismo entre o ensino propedêutico e a área técnica dentro do ensino médio integrado.

Sobre as entrevistas, em uma visão geral o ponto que mais chamou a atenção é a baixa carga horária da disciplina de Geografia nos cursos de Ensino Médio Integrado e sobre a reforma do ensino médio, a lei nº 13415. Embora possa

parecer situações distintas, as duas opiniões têm relação, não só se tratando de IFSC, mas do ensino médio em geral. Juntando cada fase dos cursos técnicos integrados, na qual a carga horária da disciplina de Geografia é de 2 horas/ aula semanais e 40 horas semestrais, a disciplina de Geografia, que é lecionada na 6°,7° e 8° fases totaliza 120 horas na soma das 3 fases. Para comparação de uma escola de ensino médio regular, temos como exemplo um colégio de Florianópolis, o Instituto Estadual de Educação, que possui o Ensino Médio Regular e Inovador, denominado EMI, que tem como características o ensino médio em tempo integral, como mostra o quadro abaixo.

**Quadro 13-** Carga horária da área de ciências humanas do Instituto Estadual de Educação no ensino médio regular e EMI

		304 – HIST - História		02	02	02	2	19	2
		302 – GEO - Geografia		02	02	03	3	22	4
CIÊNCIAS		536 – FIL - Filosofia		02	02	01		16	0
HUMANAS SUAS TECNOLOG		E 437 – SOC - Sociologia		02	02	01	l	16	0
	MATRIZ CURRICULAR EMI EMI – Carga adicional do professor para dedicação exclusiva ao EMI								
CIÊNCIAS	5	304 – HIST - História	02	02	02	01	02	01	192
HUMANAS E SUAS TECNOLOGIAS	6	302 – GEO - Geografia	02	01	02	02	03	02	224
TECHOLOGIAS	7	536 – FIL - Filosofia	02	01	02	01	01	01	160
	8	437 – SOC - Sociologia	02	01	02	01	01	01	160

Fonte: Instituto Estadual de Educação

. Nas duas modalidades de ensino, tanto o regular, quanto o inovador, as disciplinas são ministradas durante o ano todo e não por semestre, como é o caso do IFSC. Na prática em todo curso de ensino médio integrado no IFSC, a disciplina de Geografia é ministrada em apenas 3 semestres e no IEE, uma escola de ensino médio regular e inovador, a geografia é ministrada durante os 3 anos do Ensino Médio.

Essas questões que os entrevistados citam em relação a carga horária podem influenciar a forma como são elaborados os conteúdos programáticos, pois com uma carga horária reduzida resulta em uma maior dificuldade de compreensão dos alunos e o próprio aprofundamento da aprendizagem.

Em relação a reforma do Ensino Médio, a grande preocupação dos professores de Geografia do IFSC, que também incluem outros docentes do ensino de Geografia, é a redução ainda maior da carga horária e formação dos alunos.

Enquanto o debate da lei nº 13 415 não se encerra, há muitas dúvidas de como a Geografia, como uma disciplina essencial na formação geral, sobretudo, no ensino médio, etapa da educação onde os alunos já possuem uma compreensão maior de sua realidade e o mundo, onde ele se encontra inserido, como uma formação mais rasa poderá afetar no seu conhecimento?

Como vimos no capítulo anterior, os problemas da Lei nº 13 415 ao determinar a Geografia e outras ciências humanas obrigatórias apenas durante 1 ano e 6 meses terá relação direta na formação e mudanças no seu currículo. O reducionismo da carga horária destinada a Base Nacional Comum, que incluem as disciplinas comuns a todos os estudantes, não poderá ultrapassar as 1800 horas em uma carga horária que chegará a 4200 horas. Esses números mostram que a Lei Nº 13 415 tem como objetivo precarizar a formação geral e valorizar a formação técnica, destinada apenas ao mercado de trabalho, como relatam os professores entrevistados.

O futuro em relação ao currículo da geografia não apenas no IFSC, mas no ensino médio geral é incerto, mas poderá trazer consequências negativas sobre alunos, formação e professores da área. Para que haja uma reforma, é necessária uma mudança estrutural nas instituições, como ampliação de verba na educação, valorização dos professores e mudanças na concepção de educação. Sem isso, a nova reforma será apenas mais uma das reformas anteriores que irão atender apenas alguns setores, não mudando em nada os problemas educacionais no país, formando apenas mão de obra barata para o mercado.

No caso da Geografia, também como as demais ciências humanas, ela é essencialmente importante na compreensão do cotidiano. Se no inicio do século XIX a ciência geográfica escolar foi marcada para atender e fortalecer a ideia dos estados nacionais, servindo como instrumento de conquista do espaço, hoje ela atende a vários objetivo, como analisar transformações do mundo globalizado, a compreensão das desigualdades entre os países do norte e sul, a conjuntura atual da sociedade brasileira, e por último a realidade que estão nossos educandos e esses mesmos educandos, como possíveis cidadãos futuros possam ser atores no processo de mudança de sua realidade, mas também da sociedade em geral. A

redução dessa disciplina no currículo educacional vai diminuir a capacidade do educando de transformar o seu cotidiano através da educação, sendo esses apenas objetos de mecanização e memorização de informações para virar mão de obra de setores hegemônicos da nossa sociedade.

Nas entrevistas realizadas, percebeu a preocupações dos docentes em relação ao futuro da ciência geográfica em relação não apenas aos conteúdos e suas metodologias de trabalho, que são variadas, mas como ensinar a Geografia em um período de incertezas na conjuntura atual, sobretudo a nova reforma que afetará no Ensino Médio Integrado e a Educação Profissional. São questões que ainda não tem respostas prontas, mas a Geografia, como ciência das transformações do espaço pode ser a ciência de resistência as reformas impostas pelas classes hegemônicas.

# **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

No decorrer da pesquisa, dentro dos objetivos, tivemos como princípios analisar a ciência geográfica no país, dentro dos contextos históricos, terminando com o ensino de Geografia no IFSC. Incialmente, a partir de alguns referenciais teóricos, analisamos a ciência geográfica escolar, desde o início no século XIX, tendo a Alemanha como o país pioneiro na consolidação dessa ciência e depois, analisando a historiografia da Geografia no Brasil, acompanhando suas mudanças curriculares ao longo do período e o as transformações do pensamento geográfico dentro do contexto político no país. A partir do primeiro momento de nossa observação, percebemos a importância dessa disciplina nas transformações no país e na criação de sua identidade nacional, mesmo que em alguns momentos de sua história serviu a interesses de setores dominantes na sociedade brasileira. O relato de alguns autores na revisão bibliográfica reforçou a luta dessa ciência em frente às reformas educacionais e aos acontecimentos históricos e políticos no país.

O capítulo 3 foi destinado ao resumo da trajetória histórica do IFSC, no seu início em 1909, na então Escola de Aprendizes Artífices ao nome de IFSC em 2008, na qual a ciência geográfica se inseriu em seu contexto na história da formação profissional do país. O IFSC, como instituição diferenciada do Ensino Médio regular, na qual o Ensino Integrado tem como objetivo a formação integral, não apenas para a formação profissional, mas sim cultural, humana e social do educando, a Geografia, mesmo que não esteja entre as disciplinas priorizadas dentro da Instituição, é uma ciência em que seu currículo contribui para formação cidadã dos alunos.

O capítulo 4 foi onde tratamos de fato da ciência geográfica no IFSC, através das opiniões dos docentes que lecionam ou lecionaram na instituição. Neste aspecto entendemos como são as metodologias e práticas dos professores para tornar o ensino mais atrativo e significativo para os alunos, quais os conteúdos primordiais na formação dos educandos dentro da modalidade da Educação Profissional ou Ensino Médio Integrado. As entrevistas realizadas pelos docentes foram de grande importância na finalização pesquisa, pois deu uma dimensão sobre a inserção desse componente curricular dentro do IFSC, mesmo que tenha faltado alguns complementos mais detalhados, como uma observação de uma aula de algum

docente ou uma reunião de planejamento dentro do departamento da área.

Outra questão que os entrevistados citaram, abordados nos capítulos anteriores é sobre a reforma atual do Ensino Médio, que afeta diretamente, tanto o Ensino Médio regular, como o Integrado. Talvez esse tema foi a grande lacuna a ser preenchida na pesquisa, pois ainda não há uma solução, uma vez que a reforma, ou no caso a "deforma", como disse um dos entrevistados, ainda está em processo de um longo debate que persistirá posteriormente, pois envolvem não apenas docentes e educandos, mas outro atores, como os grupos políticos e econômicos.

Independentemente do que possa acontecer daqui para frente, a nova reforma será mais uma reforma que trará impactos no currículo da Geografia, tanto no IFSC, como nas demais instituições. A Geografia Escolar brasileira, mesmo já consolidada na educação no país, sofreu com as reformas curriculares anteriores, na qual em determinados períodos, foi negligenciada e reduzida em sua importância A nova reforma não vai ser diferente das outras, por isso é importante aos docentes mostrar a importância dessa disciplina na formação do educando para resistir às imposições do Estado e de alguns setores em trazer reformas que só atendam aos seus interesses próprios.

## **REFERÊNCIAS**

ALMEIDA, Alcides Vieira de. **Da Escola de Aprendizes Artífices ao Instituto Federal de Santa Catarina—** reed. rev. e atual.— Florianópolis: Publicações do IF-SC, 2010. Acesso em: 28 de fevereiro de 2018.

ARAÚJO, Raimundo Lenilde de. Ensino de Geografia: perspectiva histórico-curricular no Brasil republicano. Tese apresentada ao Curso de Doutorado em Educação Brasileira do Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Ceará. 2012. Acesso em: 01 de novembro de 2017.

BRASIL, Decreto nº 7566 de 23 de setembro de 1909. Cria nas capitais dos
Estados da República Escolas de Aprendizes Artífices, para o ensino profissional
primário e gratuito. 1909. Disponível em:
http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf3/decreto_7566_1909.pdf. Acesso em: 08
de janeiro de 2018.
Decreto n° 19.890, de 18 de abril de 1931 .Disponível em:
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1930-1949/d19890.htm. Acesso em: 08
de janeiro de 2018
Decreto lei nº 4.244, de 9 de abril de 1942. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/Del4244.htm Acesso
em:15 de janeiro de 2018.
em:15 de janeiro de 2018.
em:15 de janeiro de 2018.  Decreto nº 50.492 de 25 de Abril de 1961. Disponível em:
Decreto nº 50.492 de 25 de Abril de 1961. Disponível em:
Decreto nº 50.492 de 25 de Abril de 1961. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/antigos/d50492.htm. Acesso em 22 de
Decreto nº 50.492 de 25 de Abril de 1961. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/antigos/d50492.htm. Acesso em 22 de
Decreto nº 50.492 de 25 de Abril de 1961. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/antigos/d50492.htm. Acesso em 22 de

2018

	Lei	n° (	5.692,	de	11	de	agost	o de	1971	. Disp	onível	em:
http://www.g	olanalto	.gov.br	/ccivil_	03/lei	s/l56	92.h	<u>tm.</u> A	cesso	em:	15 de	janeir	o de
2018												
L	ei nº	9.394	, de	20	de	dez	embro	de	1996.	. Disp	onível	em:
http://www.p	olanalto	.gov.br	/ccivil_	_03/lei	s/L9	394.I	ntm#ar	<u> 192</u>				
·	Decreto	o N°	2.208	de	17	de	abri	l de	1997	. Disp	onível	em:
http://www.g	olanalto	.gov.br	/ccivil_	03/de	cret	o/d22	208.htr	<u>n</u> . Ace	esso er	n: 22 d	e janei	ro de
2018												
	Parâme	tros C	urricu	lares	Nac	iona	is. en	sino r	nédio.	Brasíli	a: Minis	stério
da	Edu	ıcação,	ı		199	99.		D	isponív	/el		em:
http://portal.	mec.go	v.br/se	b/arqu	iivos/p	df/b	legai	s.pdf.	_Aces	so em	: 01 d	e nove	mbro
de 2017.												
	Parâme	tros C	urricu	lares	Nac	iona	is. His	tória,	Geogi	rafia/Se	ecretar	ia de
Educação	Fund	lament	tal.	Brasíl	lia:	ME	C/SEF	·, 1	997.	Dispo	nível	em:
http://portal.	mec.go	v.br/se	b/arqu	iivos/p	df/liv	vro05	2.pdf.	_Aces	so em	01 de	agost	o de
2017.												
	Lei I	√° 11.	892,	de 29	9 d	e de	zemb	ro de	2008	B. Disp	onível	em:
http://www.p	olanalto	.gov.br	/ccivil_	03/_a	to20	07-2	010/20	008/le	/ 11892	2.htm. <i>آ</i>	Acesso	em:
-		-										
L	ei nº	13.4	15, (	de 1	16	de	fever	eiro	de	2017.	Dispo	nível
em:http://wv			•								•	

CAMPELLO, Ana Margarida. "Cefetização" das Escolas Técnicas Federais: projetos em disputa, nos anos 1970 e nos anos 1990. Revista Educação e Tecnologia, Belo Horizonte, v. 12, n. 1, p. 26-35, jan./abr.2007. Disponível em: <a href="http://seer.dppg.cefetmg.br/index.php/revista-et/article/view/92">http://seer.dppg.cefetmg.br/index.php/revista-et/article/view/92</a>. Acesso em: 16 de abril de 2018.

CLAVAL, Paul. História da Geografia. Lisboa: Edições 70, 2006.

COELHO, Juçara Eller et al. A desvinculação dos ensinos médio e técnico na escola técnica federal de Santa Catarina unidade Florianópolis a partir do decreto nº 2.208/97 (1997-2004). Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). 2012

FARIA, Marcelo Oliveira de et al. Em busca de uma epistemologia de geografia escolar: a transposição didática. Tese (doutorado) – Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Educação, Salvador, 2012.

JÚNIOR, Francisco Cláudio Soares. A PRODUÇÃO HISTÓRICA DO ENSINO DA GEORAFIA NO BRASIL. II Congresso Brasileiro de História da Educação. Natal, 2002. Disponível em: <a href="http://sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe2/pdfs/Tema7/0743.pdf">http://sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe2/pdfs/Tema7/0743.pdf</a>. Acesso em: 22 de janeiro de 2018.

KUENZER, Acácia. Ensino de 2º Grau. O trabalho como princípio educativo. São Paulo: Cortez, 1988. Acesso em: 16 de abril de 2018.

MARTINS, Rosa Elisabete Militz Wypyczynski. "UM OLHAR SOBRE O ENSINO DA GEOGRAFIA NO ENSINO MÉDIO." Colóquio" Ensino médio, história e cidadania"-ISSN: 2236-7977 1.01 (2011). Acesso em: 05 de julho de 2017.

MELO, Adriany de Á; VLACH, V; SAMPAIO, A.C.F. **História da Geografia Escolar Brasileira: continuando a discussão**. In: Anais do VO Congresso Luso-brasileiro de História da Educação. Uberlândia, Universidade Federal de Uberlândia, 2006.

Disponível

em:

http://www.faced.ufu.br/colubhe06/anais/arquivos/239AdrianyMelo\_VaniaRubia.pdf. Acesso em: 01 de novembro de 2017.

MOREIRA, Ruy. Assim se passaram dez anos (A Renovação da Geografia no Brasil: 1978-1988). Caderno Prudentino de Geografia, v. 14, 1992. Acesso em: 22 de novembro de 2017.

PEREIRA, Raquel Maria Fontes do Amaral et al. **Da geografia que se ensina à gênese da geografia moderna.** UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA- PROG -Programa de Pós-Graduação em Educação. Mestrado em Educação. Centro de Ciências da Educação. 1988.

PESSOA, Rodrigo Bezerra. Um olhar sobre a trajetória da Geografia Escolar no Brasil e a visão dos alunos de ensino médio sobre a Geografia atual. João Pessoa: UFPB, 2007.

PIZZATO, Maria Diloné. A Geografia no contexto das reformas educacionais brasileiras. Geosul, v. 16, n. 32, p. 96-137, 2001. Acesso em: 22 de janeiro de 2018.

RIBEIRO FILHO, Francisco Gomes et al. O ensino de geografia no trabalho dos professores e dos alunos dos cursos técnicos integrados ao nível médio do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI). Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado do Instituto de Geociências e Ciências Exatas da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Campus de Rio Claro, 2010.

ROCHA, Genylton Odilon Rêgo da. **A trajetória da disciplina geografia no currículo escolar brasileiro (1837-1942).**1996. Disponível em; <a href="http://www.observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal6/Ensenanzadelageografia/Desempenoprofesional/824.pdf">http://www.observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal6/Ensenanzadelageografia/Desempenoprofesional/824.pdf</a>. Acesso em: 24 de outubro de 2017.

SANTOS, Milton. Por uma Geografia Nova: da crítica da Geografia a uma Geografia Crítica. São Paulo: Edusp, 1978.

SÃO PAULO, Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. **Decreto nº 21.833, de 28 dezembro de 1983.** Disponível em:

<a href="https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1983/decreto-21833-28.12.1983.html">https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1983/decreto-21833-28.12.1983.html</a>. Acesso em: 26 de outubro de 2017

SILVA, Luciano Pereira da. **Formação profissional no Brasil: o papel do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial.** Revista História, Franca, 2010. Disponível em: <a href="https://www.scielo.br/pdf/his/v29n1/22.pdf">www.scielo.br/pdf/his/v29n1/22.pdf</a>. Acesso em: 16 de abril de 2018.

VLACH, Vânia Rubia Farias. **O ensino de Geografia no Brasil: uma perspectiva histórica.** São Paulo: Papirus, 2004.

**APÊNDICES** 

APÊNDICE A- QUESTIONÁRIO QUALITATIVO COM O PROFESSORES DE

GEOGRAFIA DO IFSC.

**AUTOR:** Maurício Szarazgat

Para você como deve ser a atuação de um docente no instituto federal?

Professor A- Trabalhar no instituto é muito bom, uma dádiva. No IFSC, entrei em 76

como telefonista e 84 atuei como docente, pude fazer um trabalho muito bom,

mesmo diante das dificuldades, nós tínhamos que se virar, ter umas duas ou três

aulas na manga. Depois coordenei o vestibular. Os alunos do IFSC são

diferenciados e por isso os professores tem que estar bastantes preparados

Professor B- Ele tem que conhecer os educandos, os sujeitos da EPT e os

educandos e inserir esses educandos, sobretudo aos alunos carentes e da rede

pública, devendo estimular não apenas no âmbito profissional. O professor de

geografia não deve apenas focar nos conteúdos em Geografia, mas formar cidadãos

críticos atuantes na sociedade.

De que forma você avalia o currículo de Geografia nos cursos de ensino médio

integrado e proeja?

Professor A- Não cheguei a trabalhar com geografia no ensino médio integrado.

Trabalhei entes de 2008, pois depois trabalhei nesse período como coordenadora do

vestibular e ministrava os alunos a fazerem pesquisa. O currículo nos anos 80 e

anos 90, período onde lecionei, a geografia era bem tradicional, mas as

metodologias eram baseadas nas sugestões dos alunos, onde iriamos no setor

pedagógico sugerindo para inovar as aulas. Fui docente na época que o ensino

médio era propedêutico até 2005, ou seja, antes das mudanças que tornou- se o

ensino médio vinculado ao técnico, tornando- se o ensino médio integrado. Na

época que lecionei a disciplina, fui docente nas duas primeiras fases, onde

trabalhava-se uma geografia mais tradicional e técnica, sem dar uma visão de aluno,

como por exemplo, nas saídas de campo. Tentávamos fazer um novo em cima de

uma geografia tradicional. Após as mudanças curriculares dentro do ensino médio

integrado, somada as tecnologias, a geografia no IFSC se torna muito mais dinâmica, e me questiono por não ter continuado na época dessas mudanças, onde ocorreu uma geografia mais voltadas as questões políticas. Por isso, o docente precisa estar bem preparado, sempre ter uma carta na manga para tornar as aulas mais interessante

**Professor B-** Na minha opinião, o currículo de Geografia, sobretudo no ensino médio integrado, precisa ser reavaliado e rediscutido. Em questões de conteúdos, ele foca muito em Santa Catarina, mas falta o estudo mais global, precisa ser mais ampliado também uma maior carga horária. No proeja, o currículo está bem inserido, pois há um currículo, onde os alunos se tornam mais autônomos do conhecimento, valorizando bastante os saberes prévios desses alunos, as curiosidades e vivência dos alunos. A geografia no proeja está bem inserido nos objetivos.

**Professor C-** Avalio como bom, gosto de trabalhar os conteúdos.

# Como a disciplina de geografia pode contribuir na formação profissional do aluno dentro do IFSC?

**Professor A-** Contribui bastante, pois já contribuía em minha época, onde lecionei por exemplo na 7° fase a geografia de Santa Catarina, dava aquela visão de geografia física e econômica ao aluno, nas áreas dos cursos que ele cursava e nos estágios. O aluno do IFSC tem um perfil diferenciado e busca bastante conhecimento. Por isso o docente precisa estar bastante preparado ao ensinar o aluno de uma instituição, como o IFSC.

**Professor B-** Assim como os conteúdos, elas podem auxiliar nos cursos de ensino técnico, sobretudos nas unidades específicas. Exemplo, nos cursos de edificações, podemos estudar a geologia os solos, a geomorfologia. No curso de química, pode auxiliar a geoquímica, ou seja, sempre há articulação com os cursos técnicas. A geografia também trabalha com a realidade do mundo global, como o caso das inovações tecnológicas e a realidade econômica e necessidade de desenvolvimento tecnológico.

Professor C- Acho que a Geografia que é importante, pois acha que se fosse só tivesse a parte técnica, eles não teriam uma visão de mundo e sua realidade

Que metodologias são desenvolvidas para tornar as aulas de Geografia mais atraentes aos estudantes?

**Professor A-** O grande diferencial no período em que atuei como docente foram as saídas de campo, como o caso de geologia, onde trabalhei por 2 anos, para conhecer rochas, fazíamos tour na ilha para conhecer a geologia da ilha de Santa Catarina. No período que lecionei, durante as saídas utilizávamos gravador, equipes com 5 alunos e produzíamos relatórios do que foram vistos e valeu aquela viagem de estudos. Fomos em algumas saídas para Joinville e São Francisco, para a parte o estudo da parte histórica e econômica. Fomos para a gruta Botuverá, para a conhecer formações geológicas, como por exemplo, as estalaguitites e rochas calcárias na 3° fase. Mostravam os movimentos de dunas. As saídas deixavam as aulas mais práticas. Visitas as industrias para estudantes que iam estagiar nos cursos técnicos.

Professor B- No caso dos cursos de proeja, eu trabalho com textos e promovo debates a partir do conhecimento prévios e curiosidades dos educandos. No ensino integrado eu utilizo uma geografia mais tradicional, devido a carga horária reduzida e pelo fato de o currículo estar mais separados do resto da grade currículo por fases ou módulos. Normalmente os alunos dos cursos de médio integrado pedem conteúdos mais voltados ao vestibular. Eu trabalho com a realidade dos alunos, ou seja, aquilo que eles sugerem ou quer no Instituto Federal. No Proeja utilizo uma abordagem mais progressista e libertadora, buscando trazer textos e metodologias que trabalhem a realidade econômicas e políticas desses educandos a partir de sua realidade, tentando fazer uma relação com a Geografia Crítica. No curso integrado, utilizo uma geografia mais tradicional, com aulas em slides, atividades e alguns textos e atividades. Infelizmente a carga horária reduzida com apenas 2 aulas semanais, no caso, estar nos currículos apenas nas fases finais, nos módulos 6,7 e 8. dificulta um debate mais detalhada. Para compensar a falta de tempo e debate, utilizei um método que é pesquisa para os alunos poderem trabalhar com mais debates conhecimento de sua realidade e uma discussão mais ampla.

**Professor C-** Uso de slides, textos, trabalhos de pesquisa, seminário. Quando possível organizo saídas de campo.

### Na sua opinião, qual o entendimento e avaliação dos alunos na disciplina?

**Professor A-** Na época antes das mudanças 2008, eles viram a geografia com outros olhos. Nos anos 80 e 90 os alunos faziam geografia, apenas como item obrigatório, sobretudo, voltado ao vestibular, eram um pouco deixadas de lado. Mas devido as inovações que nós, professores fizemos nas aulas, alguns alunos começaram a se interessar mais. Muitos perceberam a importância da geografia em diferentes situações. Isso mudou um pouco a visão deles com o decorrer do tempo. Inclusive alguns alunos prestaram vestibular para áreas humanas, como é o caso da Geografia, embora ainda tenha uma certa rejeição por parte de alguns alunos.

**Professor B-** De maneira geral, apesar da baixa carga horária, os alunos gostam, pois como a geografia é ensinada nas fases finais dos cursos de médio integrado, eles já estão mais maduros e mais autônomos em relação aos conhecimentos, contribuindo bastante nas discussões em sala de aula. Portanto, é uma avaliação positiva na geografia.

**Professor C-** A maior parte dos alunos gostam da disciplina, os alunos participam bastante das aulas.

Quais são os possíveis impactos que a nova reforma do Ensino Médio acarretará na formação dos estudantes no IFSC?

**Professor A-** Vai impactar bastante. Mesmo que o aluno faça um curso técnico de uma área mais específica, ele precisa de um conhecimento mais amplo. Apesar de estar aposentada, tenho acompanhado essas mudanças e não vejo com bons olhos a reforma do ensino médio. Vão deixar a humanas de lado e irão formar apenas trabalhadores para apertar parafusos, ainda mais em uma educação cada vez mais complexa.

**Professor B-** Trará piora, pelas minhas leituras prévias do documento a "deforma", como eu denomino, pois irá reduzir o número de profissionais nas escolas, economizar na educação. Se houver essas reformas, em se tratando de IFSC, além

da redução nos investimentos em educação, haverá a redução na qualificação dos alunos do ensino médio da rede pública, devido ao currículo mais enxuto. Nesse caso, nossos alunos sairão menos críticos, saberão menos em Geografia também terão mais dificuldades em competir com alunos da rede particular, pois essas escolas não fará a mesma reforma do ensino médio, pois estas continuarão com seu método tradicional e preparatório para vestibular. Consequentemente pode acarretar na falsa ideia que o ensino publico é pior que o ensino particular, dando margem a uma possível privatização do ensino público, o que já está ocorrendo lentamente, com surgimento de organizações como o sistema S, por exemplo.

**Professor C**- Sou contra, pois pode afetar especificamente a Geografia, pois no caso do currículo de geografia já é de baixa carga horária, poderia afetar ainda mais o seu currículo

Quais modificações você faria no currículo dos cursos de ensino médio integrado e proeja na formação dos alunos?

**Professor A-** Deveria ter um currículo mais amplo, com mais disciplinas voltadas ao conhecimento propedêutico e mais humano. No caso do IFSC, é muito comum alunos que mesmo com os cursos técnicos, prestarem vestibulares nas áreas humanas em universidades como a UFSC e UDESC, pois eles se espelham muito na gente. Alguns se mostraram bastante interessados, devido ao empenho dos professores, sobretudo em cursos de humanas, como é o caso de Geografia. Por isso deve haver uma maior carga horária nessas disciplinas das áreas humanas.

Professor B- No médio integrado, ampliaria a carga horária e reformaria os conteúdos de geografia, definindo com mais exatidão do que devemos trabalhar. É preciso uma verticalização dos conteúdos, pois ele se encontra muito separada, sendo no módulo 6 o estudo em Geografia do Brasil, Geografia de Santa Catarina no módulo 7 e Geografia Mundial no módulo 8, não há uma verticalização. Por exemplo, no modulo 7 um erro que eu considero grave é o foco apenas na geografia de Santa Catarina, por isso eu trabalho com conteúdos de geografia física, como geologia e geomorfologia. Também daria como

sugestão mais projetos de pesquisa trabalhando a vivência dos alunos. Também sugiro uma maior aproximação dos conteúdos técnicos com os conteúdos propedêuticos. Nos cursos proeja, embora o currículo esteja bem inserido, há uma separação logística, na qual as disciplinas das áreas técnicas são ministradas no campus continente em Coqueiros e o ensino propedêutico no campus da Mauro Ramos. Isso é complicado para os alunos de proeja, pois é um aluno que tem dificuldade em relação tanto ao conhecimento e aprendizagem, por estar bastante tempo fora de sala de aula, também ser um trabalhador. Ele é um aluno vulnerável a evasão, pois é um aluno que prioriza o trabalho em primeiro lugar, e qualquer dificuldade que ele encontra no curso pode causar sua evasão. Por isso ele precisa de uma maior atenção, maior acompanhamento nas quais os coordenadores têm que promover sua vivência e identidade dentro do IFSC para não ficar tão perdidos, tanto na estrutura física, mas também em relação a inserção desses alunos na comunidade escolar.

**Professor C-** Não acrescentaria em nada nos conteúdos, apenas sugeria ampliar a carga horária para trabalhar o currículo de forma mais detalhada

# Como a disciplina de Geografia é percebida por outros docentes da instituição?

**Professor A-** Existem uma certa desvalorização de alguns docentes das áreas técnica em relação aos cursos de humanas, como é o caso da Geografia. Muitas coisas do nosso dia a dia, como o computador foi feito a partir de um recurso natural e humano, por isso eu "brigava" com os professores sobre a importância da Geografia. Apesar das divergências, muitos alunos gostam dessa disciplina e percebem a importância dela, mesmo em se tratando de um aluno das áreas técnicas. Nosso departamento é forte

**Professor B-** Os docentes das áreas técnicas do IFSC veem a geografia como uma disciplina que está na grade curricular como necessária, sobretudo na preparação para o vestibular, porém, com pouca importância na formação acadêmica e técnica do aluno. Mesmo alguns alunos gostando da disciplina de geografia, é difícil as ciências humanas criar identidade nas áreas técnicas,

sobretudo sua importância na formação do aluno. Por isso muitos vem como uma parte necessária, mas com pouco vínculo na formação acadêmica e profissional.

**Professor C-** Acredito que os professores das áreas técnicas veem a geografia e as áreas humanas com pouca importância na formação profissional



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SANTA CATARINA
-CAMPUS FLORIANÓPOLIS
ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

### A TRAJETÓRIA CURRICULAR DO ENSINO DE GEOGRAFIA NO IFSC - CAMPUS FLORIANÓPOLIS

#### **MAURICIO SZARAZGAT**

Este Trabalho de conclusão de Curso foi submetido à defesa em banca para obtenção do título de Especialista em Educação Profissional e tecnológica – EPT, no Curso de Especialização em Educação Profissional e Tecnológica sendo considerado APROVADO em sua fase final.

BANCA:
1 – Presidente: Prof. Dr. Marcio Ricardo Teixeira Moreira – DALTEC – IFSC Ass.: WMR G O WOUNG
2 - Membro 1: Prof. Msc. Liliane Stelzenberger DALTEC - IFSC Ass.:
3 - Membro 2; Prof. Msc. Marcelo Tavares Garcia - DALTEC - IFSC Ass.: Have a second control of the second cont

4 – Suplente: Prof. Dr. Marival Coan – DALTEC – IFSC

Ass.:

Florianópolis, 09/11/2018.